

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** -----
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
CINCO-----

----- **ATA NÚMERO UM** -----
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu, no Ginásio da Junta de Freguesia de São Vicente, sito na Calçada dos Barbadinhos, número trinta e seis, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Mariana Isabel Varela Loja Prelhaz (PS), coadjuvada por Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva (BE), Primeira Secretária, e Sandro Paulo Magusto Pereira (PS), Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Sílvia Maria da Silva Ferreira e Cristian Emanuel Sandu.-----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Tiago Filipe Rodrigues Gonçalo e Bruno Ricardo Silva Santos.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Vitor Manuel Alves Agostinho e João Gabriel de Carvalho Isqueiro.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau.-----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – João Júlio Janela Baptista da Silva.-----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Luís Augusto Sá Souto.-----

----- **Do Movimento “Em Frente São Vicente” (MEFSV)** – Daniel Oleirinha Adrião.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- A. Intervenções do público;-----

----- B. Período de Antes da Ordem do Dia;-----

----- C. Ordem do Dia;-----

----- I. Apreciação e votação das Opções do Plano e do Orçamento da Freguesia de São Vicente para o ano de 2026;-----

----- II. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Freguesia de São Vicente para o ano de 2026;-----

----- III. Apreciação e votação da Proposta nº 646/2025, relativa à celebração de contratos Interadministrativos de Cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente;-----

----- IV. Apreciação e votação da Proposta nº 647/2025, respeitante ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes;-----

----- V. Apreciação e votação das Proposta de isenção de taxas de esplanadas dos estabelecimentos situados na zona de Santa Apolónia, afetados pelas obras do PGDL;

----- VI. Apreciação da Informação Escrita do Presidente e da Informação relativa à Situação Financeira da Junta;-----

----- D. Intervenções do Público.-----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.**-----

----- (Neste momento tomou posse o cidadão Cristian Emanuel Sandu como Membro da Assembleia de Freguesia de São Vicente)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que queria dar uns esclarecimentos iniciais para o funcionamento da Assembleia e que lhe pareciam úteis.-----

----- Referiu que o período do público tinha um limite máximo, de acordo com o Regimento, dividido em dois tempos, um no início e outro no fim da sessão. Cada pessoa tinha um tempo máximo de cinco minutos, que podia ser limitado para cumprir o prazo de vinte minutos. Isso significava que se havia um número de participações superior, como era o caso da presente sessão, o tempo tinha que ser limitado e atribuir três minutos a cada pessoa que pediu a palavra. -----

----- Também de acordo com o Regimento, os fregueses que assistiam não deviam intrometer-se, nem aplaudir deliberações ou manifestar contra as opiniões formuladas na Assembleia. Gostaria que também houvesse cumprimento dessa regra.-----

----- Por último, a Mesa não ia permitir a utilização de adereços nem encenações, porque isso era contrário à dignidade da Assembleia e ao seu funcionamento regular. -----

----- Essas regras podiam ser consultadas no Regimento da Assembleia, que foi publicado no site da Junta de Freguesia para conhecimento de todos os fregueses. -----

----- Outro tema que queria prestar esclarecimentos mais genéricos estava relacionado com a publicação das atas. Verificara que não se encontravam ainda publicadas no site as atas das últimas sessões de 2025 e já tinha solicitado que fosse regularizada com brevidade essa situação.-----

----- Sabia que a data da presente Assembleia não foi muito conveniente para alguns Membros e para o público, por ser uma altura festiva. No entanto, considerando que o Executivo teria que apresentar à Assembleia as Opções do Plano e a proposta do Orçamento para o ano 2026, tendo as eleições ocorrido em outubro e a tomada de posse apenas em novembro, entendera que era do interesse da Freguesia que a Assembleia se realizasse no final de dezembro para dar tempo ao Executivo de elaborar com rigor esses documentos que eram essenciais para o funcionamento da Freguesia no próximo ano.-

----- Em relação ao local da Assembleia, agradecia a sugestão de um Membro para que fossem vistos outros locais. Tivera esse contacto com o Executivo, que apresentou como soluções o auditório do polo cultural, mas disseram que o espaço era limitado e já aconteceu no passado os Membros eleitos ficarem de costas para o público, pelo que se descartou essa possibilidade. Também sugeriram o Mercado de Santa Clara, que não era climatizado e se calhar seria mais desagradável, mas estavam abertos a ver possibilidades para no futuro terem outros locais de realização da Assembleia. -----

----- Tinham uma ordem de trabalhos longa e apelava ao Executivo e aos Membros da Assembleia para serem sucintos nas intervenções e conseguirem cumprir com tudo o que se propuseram.-----

----- **Período de intervenção do público:** -----

----- **Freguês Ludgero Pereira** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Os meus sentimentos aos que morreram e aos que vivem os meus parabéns. Eu lastimo-me imenso de estar aqui. Deviam estar no Hospital de São José, talvez no serviço da ortopedia, onde está a minha mulher. Estão lá três, da Graça, estão lá três pessoas deficientes, da Graça. A minha mulher também foi operada hoje, sai amanhã. Mas isto é aparte da reunião. -----*

----- *O papel consente tudo o que a gente queira, até consente que lá se ponha tempo de antena da reunião, meia hora. Mas nem isso, é reunião pública, é para a gente vir expressar aquilo que a gente entende que deve fazer. Será que isto é um controle já vosso? Tem muito a desejar, porque eu não me calo. O meu tempo de antena é aquilo que eu trago para ler, se os meus colegas residentes do bairro consentirem, muito bem. -----*

----- *Vocês têm que habituar-se a escrever lá onde é que é a morada, onde é que é o tempo de antena, o tempo de cada intervenção, que é para a gente fazer contas em casa. Eu também sei fazer contas, quatro e três são sete, mas três com dois nem sempre é cinco, às vezes é meio litro. Por conseguinte, eu vou começar a minha intervenção. -----*

----- *Reunião Pública da Junta de São Vicente. Boas noites a todos, bom serão para todos lá em casa e presentes. o meu obrigado. Excelentíssimos senhores eleitos, meus parabéns por virem defender a causa pública, os nossos bairros, as ruas, cidadãos residentes e não só. Isto é um agradecimento para os eleitos e todos que estão a representar a Junta. ---*

----- *Para quem não sabe, sou nascido e criado e lixado neste perímetro da Junta, e não só. Também trabalhei na cidade, propriamente na CML. Na CML mostro-vos aqui um serviço que eu fiz há 40 anos, quando era cantoneiro de limpeza na Câmara Municipal de Lisboa, serviço de higiene. A quem escrevi, tenho aqui o diploma passado pela Câmara Municipal de Lisboa. Desculpem estar de costas, mas dito homem cantoneiro de limpeza, homem técnico da vassoura, não se esquece. O inverno é mau, é péssimo, se não deseja ninguém, lá há ele. -----*

----- *Estas instalações são de todos, mas de todos, pois são públicas e não há donos da quinta, nem da sexta, mas todos desta Junta e cabe aos eleitos que há que ter em conta que hoje em dia são três antigas Juntas para uma só. Como tal, é coisa simples...” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que já tinham passado três minutos. Pedia que o Senhor Ludgero começasse a terminar a sua intervenção. -----

----- **Freguês Ludgero Pereira:** -----

----- *“A minha intervenção? Mas eu avisei logo que vinha a ler. é que eu não faço caso daquilo que a Senhora diz, escrevesse no edital três minutos e eu vinha aqui e cumprir três minutos.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que o Regimento foi publicado, os tempos foram aprovados pela Assembleia. Estava a cumprir o Regimento. Foi publicado seguramente há mais de duas semanas. -----

----- **Freguês Ludgero Pereira:** -----

----- *“Aquela reunião pública que publicaram uma fotografia minha...” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que estavam os dois a tirar tempo à Assembleia e, portanto, preferia que terminasse a intervenção, por favor. O Regimento estava publicado e as regras foram aprovadas pela Assembleia, não eram decididas pela Mesa. Era o Regimento em vigor nesse momento e tinha que ser cumprido. -----

----- **Freguês Ludgero Pereira:** -----

----- *“É o que tem que ser cumprido por vocês. Vocês é que ditaram essa Lei, agora cabe aos eleitos...” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que o Regimento seguia um procedimento de alteração, mas estava a perder tempo da sua intervenção e também a retirar aos demais fregueses. Portanto, agradecia que terminasse a intervenção. -----

----- **Freguês Ludgero Pereira:** -----

----- *“Então vou terminar a minha intervenção. -----*

----- *A gestão da Junta cabe à maioria de votos, a gestão política cabe a todos vós. A gestão humana cabe aos funcionários, a gestão pública cabe a todos nós. Os residentes nas votações foram 5.670 e da oposição foram 3.295, tendo esta presidência sido eleita com 2.339 votos. Não se esqueçam de quantos residentes é que representam e quem são e os que não foram votar por diversos motivos pessoais. Por isso, juntem-se os Senhores eleitos e defendam no nosso bairro de São Vicente a recuperação habitacional. Já não é assim. -----*

----- *Juntem-se e defendam a legalização dos trabalhadores chamados técnicos da vassoura, pois é uma escravatura moral por parte da democracia da Junta. Juntem-se e defendam a higiene urbana, quando da crítica que é para que se faça mais e melhor, não descurando que o que está bem feito não é para ser elogiado, mas sim enaltecido. -----*

----- *Fui à primeira reunião da Junta do Executivo pública, no dia 13 de novembro às 17h30...” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu que o Senhor Ludgero terminasse a sua intervenção com brevidade.-----

----- **Freguês Ludgero Pereira:**-----

----- *“Com brevidade? O que é isso de brevidade? Eu não tenho relógio, minha Senhora. eu já disse, têm que aprender a escrever no papel, meia hora de intervenção pública. Caso contrário aquilo que a Senhora está a fazer...”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que o Regimento não era recente, o Regimento estava em vigor há bastante tempo. Pedia que terminasse.-----

----- **Freguês Ludgero Pereira:**-----

----- *“É mentira, nunca houve tempo de antena.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que tinham todos que contribuir para o bom funcionamento da Assembleia.-----

----- **Freguês Ludgero Pereira:**-----

----- *“Ora, aí está, já estou a dar é conversa demais.”*-----

----- *Fui à primeira reunião, fiz três perguntas relacionadas com a reunião, que foram se estava bem elucidada, publicitada, se era periódica, se era aberta ao público. Está aqui o senhor André Biveti, com quem eu falei.*-----

----- *Então, as antigas reuniões realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 15 horas, ficariam sem efeito? Acho que os residentes devem ser elucidados com o melhor poder informativo, em português. Cabe aos eleitos ponderar. Os Senhores têm de ponderar, é a minha única exigência que eu faço, é que pensem bem. Dêem um exemplo, não tenham medo da democracia, não tenham medo das críticas. Estas apenas servem para melhorar o que está mal desde que haja vontade democrática para tal, mas para tal há que respeitar quem faz. Gosto só não da democracia, pela qual lutei e luto. Isto é respeito pelos outros, a educação da democracia. Obrigado.*-----

----- *Não sou freguês, eu sou residente desde 1948 na mesma morada que tenho hoje, mas com outro nome de Freguesia, que era Monte Pedral. Eu sei os preços...”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que passaram oito minutos. Teria que lhe retirar a palavra se não terminasse.-----

----- **Freguês Ludgero Pereira:**-----

----- *“Não é a primeira, se quer chame a polícia que até faz falta, que é para nos distrair.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que estava a pedir por favor que terminasse a intervenção, passaram oito minutos.-----

----- **Freguês Ludgero Pereira:**-----

----- *Senhor André Biveti, tenho a dizer que lastimo imenso que não tenha tido a capacidade que prometeu para a nossa Junta, porque você também faz parte dela. Uma das coisas que eu mais me interessei foi que vinha assim: “ruas limpas nos próximos primeiros trinta dias de mandato”. O que é certo é que nos primeiros trinta dias de mandato não foi feito nada das limpezas urbanas a nível de lavagem das ruas e já passaram mais vinte e três dias sobre os tais trinta dias. Isto é um calendário que eu fiz, pessoal.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu desculpa, mas teria que retirar a palavra, acabou o tempo de intervenção.-----

----- **Freguês Nuno Ferreira** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite a todos. Na sua presença cumprimentar todos os presentes e os que estão em casa. Vou tentar ser breve, porque já vi que o lápis azul ainda está com mais vigor do que no mandato anterior. Portanto, vamos tentar ser breves. Espero que a Senhora me deixe terminar os raciocínios.*-----

----- *Eu quero começar por dar os parabéns ao doutor André Biveti pela sua eleição, porque o espírito democrático assim o obriga. E com a mesma humildade e genuinidade*

com que eu lhe estou a dar os parabéns, espero que o Senhor peça desculpa aos munícipes e aos fregueses por todas as mentiras que disse aqui enquanto Presidente da Mesa da Assembleia, porque só lhe fica bem. E deixe-me dizer-lhe uma coisa, o pedido de desculpas em relação àquilo que você disse sempre a meu respeito está dispensado porque as suas palavras, as palavras do doutor André Biveti, para mim valem zero. Porque ele mente, valem zero. Portanto, apesar de valerem zero, Senhor doutor Biveti, estamos na época de Natal, estamos na época da boa vontade, vou-lhe dar aqui um voto de confiança. -----

----- Só lhe vou fazer uma pergunta. O Senhor dizia ali naquele lugar que não tinha nada a ver com a empresa que fez as atas. Não tinha nada a ver com as atas. Você tinha secretários, tinha a Senhora da Junta, mas não tinha nada a ver com as atas, porque até foi o Executivo que adjudicou o contrato das atas. O Senhor não sabia, mas já me pode responder, já está no Executivo, já tem acesso aos documentos e se não souber pode perguntar à Tesoureira do Executivo anterior, que é a mesma, que é a Senhora que está sentada ao seu lado, porque se ela não souber qual é a empresa a quem pagou as atas se calhar foi o Senhor enquanto Tesoureiro que as pagou. Portanto, ficamos a aguardar essa resposta. -----

----- Agora, virando-me aqui para os Senhores eleitos, quero dar as boas-vindas a todos e vou pedir que me autorizem a falar primeiro ali com os veteranos do PCP. -----

----- Senhor Vitor Agostinho, sabe o respeito e a deferência que eu tenho por si, apesar de todos os confrontos ideológicos que temos existe. Portanto, para haver respeito tem que haver sinceridade e eu vou ser sincero consigo. Eu acusei-vos muita vez, a vós, PCP, de serem muleta do PS, foram uma muleta de doze anos e a muleta deu de si e de três passaram a dois eleitos. Se continuarem a ser muleta, se continuarem a fazer parte da geringonça, se calhar da próxima vez só está cá um e depois isso não interessa para a democracia. Os Senhores fazem falta à democracia, mas é a defender os interesses da população, não é defender os interesses do partido. -----

----- Agora, aos recém-eleitos, quero dar-vos as boas-vindas e esperar que os Senhores não façam parte do que era falado antigamente, que comiam todos da gamela. Eu não preciso ir na rua, eu sou do povo, falo como o povo e, portanto, espero que os Senhores que foram eleitos pelo povo exijam ao Executivo que responda às perguntas e às questões que são aqui colocadas, porque eles estão habituados a não responder. Em nome da representação que têm, assumam as questões que são aqui levantadas e obriguem a responder, porque vocês têm direito à réplica, nós não. Portanto, ficamos a aguardar por isso. -----

----- E agora para terminar, tinha mais coisas para dizer, mas vou lançar aqui um desafio a todos os que aqui votam hoje. Além da presunção de inocência, eu atribuo a toda a gente, a todos, a presunção de seriedade, para mim são todos sérios e, portanto, quero-vos lançar um desafio, um desafio que os Senhores podem fazer e devem fazer, mas que eu não posso. Devem fazer uma auditoria aos últimos dois, três mandatos do Executivo, dos últimos Executivos, para este Senhor entrar de caminho livre, para não haver anátomas. -----

----- Podem fazer aos dois ou três Executivos e vou-vos dizer, ao contrário do que se diz que se pode fazer só ao último Executivo, a Lei nº 75/2013 e a Lei nº 98/1997, de 26 de agosto, permite que seja feito. Até podem fazer auditorias aos mandatos já de 30 anos. Portanto, partindo da presunção de seriedade, desafio-vos a fazer essas auditorias, contratos, ajustes diretos, contratações públicas, concursos e também aquelas feiras e feirinhas, festas de santos, santinhos e santolas. É que se fala aí de muita coisa, principalmente nas festas das santolas. Está aqui o desafio. Eu vou ficar aqui atento, a ver quem quer assumir a presunção de seriedade.” -----

----- **Freguês Alexandre Ferreira** fez a seguinte intervenção: -----
----- *“Desejo-vos a todos um bom mandato, um mandato que corra pelo melhor e só vou deixar aqui esta reflexão: Estas Assembleias são supostas ser também um momento para ouvir o público. O Regimento desta Assembleia não é novo e na última Assembleia houve intervenções aqui muito desagradáveis, acho que todos reconhecemos isso, muito desagradáveis, difíceis de fazer e difíceis de ouvir e as limitações não foram tantas. ---
----- Eu acho que chegar ao ponto de limitar a vestimenta, criar uma espécie de código de vestimenta, porque não se pode levar adereço, acho que é um bocadinho um cúmulo das imposições e dos limites à liberdade que as pessoas aqui têm. Mas pronto, enfim, deixo esta reflexão para todos vós. -----
----- Senhor Presidente, eu começo por saudá-lo naturalmente pela sua eleição e desejar-lhe um mandato cheio de bons ventos, porque eu continuo a ter esperança que aquilo que nós passámos aqui no último mandato tenha sido a tempestade que antecede a bonança. Portanto desejar-lhe um bom mandato e começar naturalmente até por elogiá-lo, porque acho que os círculos que começou são muito positivos, os círculos para ouvir as pessoas são muito positivos e demonstram uma rotura com o André Biveti Presidente da Assembleia de Freguesia, porque esse André Biveti até chegou a terminar uma Assembleia porque havia pessoas que ameaçavam com bombas. Foi exatamente esta expressão que usou. -----
----- Eu conheço muitas fobias, mas eu desconhecia que havia pessoas que tinham fobias de bombas de encher pneus de bicicletas e, portanto, aos novos eleitos dizer evitem vir de bicicleta para a Assembleia de Freguesia porque pode ser perigoso. Quanto ao resto, Senhor Presidente, acho que faz bem continuar com estes círculos de audição do público e deve continuar. -----
----- Como eu tenho pouco tempo não posso elogiar mais e vou passar à parte fundamental da minha intervenção. -----
----- Eu penso que o Senhor Presidente deve estar familiarizado com este documento, com este parecer. Este parecer, meus senhores, isto é o resultado de uma queixa que eu e outros requerentes apresentámos. Nesta queixa nós começámos por pedir documentos e estes documentos foram recusados. O Senhor Presidente da Assembleia recusou-se a entregar estes documentos e agora vem uma comissão presidida por uma juíza do Supremo Tribunal Administrativo dar razão a estas pessoas, dizer que os Senhores violaram a Lei porque não entregaram documentos, não responderam e veio dar razão a tudo o que nós aqui fomos sempre dizendo. Aquilo que o Senhor Presidente na altura apelidava de inverdades, mentiras, jogos de bastidores. -----
----- Por isso a primeira pergunta que eu lhe faço, fomos nós que mentimos? Foi a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos por unanimidade que mentiu? Bem, acho que é muita gente que já está a mentir e eu faço esta pergunta: Se o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da altura, antes disso Tesoureiro desta Junta e hoje Presidente desta Junta, se recusou a entregar documentos que foram enviados por mail duas vezes, requerimentos que foram entregues em mão e um requerimento que até foi entregue via CADA, se recusou a entregar estes documentos, a pergunta que eu vos faço é o que não poderá fazer o Senhor Presidente agora e é por isso que é importante o vosso trabalho, porque o vosso trabalho é o de fiscalizar e de assegurar que isto não volte a acontecer. -----
----- Ninguém não entrega documentos de forma negligente. As pessoas, quando não entregam documentos, é porque não os querem mostrar e o Senhor Presidente não os quis mostrar. E diz assim a CADA: “Não foi cumprido o dever de resposta, violação do artigo 15, número 1 da LADA. Deve ser facultado o acesso aos documentos, de acordo com o regime jurídico acima enunciado. Tem dez dias úteis para anunciar”. -----*

----- Dez dias úteis passaram, isto aqui está assinado dia 19 de novembro, dez dias úteis passaram já há quase um mês. E mais, diz outras coisas, diz coisas como “a situação vertente não se verifica ter sucedido, constituindo uma violação do artigo 15, número 1 da LADA”. -----

----- *Portanto, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos diz que este Senhor não cumpriu a Lei, como nós, aliás, já o tínhamos dito.* -----

----- *Portanto e para terminar, porque havia muito mais para ser dito, é por isso que é tão importante que a auditoria que o Senhor falou antes de mim seja aprovada, porque ninguém oculta documentos de forma negligente e nós temos de ter a certeza que tudo o que aqui aconteceu foi de forma transparente e só há uma forma de o fazer, é através de uma auditoria e essa auditoria passe por tudo, processos de contratação, contratação, ajustes diretos, um contrato que ainda está desaparecido, porque se levar um contrato para fazer as atas, esse contrato continua desaparecido, continua a não estar publicado na base.gov.* -----

----- *É muito importante e por isso, de acordo com os regimentos das autarquias locais, a alínea h) do número 2 do artigo 9º, os Senhores têm de se pronunciar e apreciar a recusa da entrega de documentos por parte da Junta de Freguesia. São obrigados a pronunciar-se, é o que diz a Lei, tem de se pronunciar a recusa da entrega de documentos.* -----

----- *Portanto, o apelo que eu vos faço é refiram porque é que o Senhor não entregou documentos, apreciem porque é que não entregou documentos, o parecer está aqui. É o número 444. Se forem ao site da CADA, o parecer número 444 está lá a dizer.* -----

----- *Senhora Presidente, eu espero que para próxima vez informe antecipadamente que houve alterações aparentes ao Regimento...* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não houve alterações. O Regimento foi publicado, estava no site da Junta de Freguesia. Lamentava que não tivessem conhecimento antes. -----

----- **Freguês Alexandre Ferreira:** -----

----- *“Certo, o Regimento está aprovado, mas antes não se fazia isto. Houve uma alteração do costume destas Assembleias e era bom que isso tivesse sido anunciado.”* -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que por isso estavam a dar um pouco mais tolerância. -----

----- **Freguês Alexandre Ferreira:** -----

----- *“Porque estas Assembleias são também para ouvir o povo.”* -----

----- **Freguês José Sequeira** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa noite. Na figura da Senhora Presidente cumprimento todos os que aqui estão e os que estão em casa e aproveito também para parabenizar todos os eleitos. ---*

----- *Não vou falar sobre nada processual, porque também reitero nas várias vezes que aqui temos estado, reitero todas estas questões que foram colocadas anteriormente no que respeita à prática processual menos correta. O que aqui me traz é uma coisa que já me cansa, eu venho trazer assuntos da Freguesia, mas numa última reunião que tive, dar opiniões para a construção do Orçamento, eu coloquei várias questões e referi em determinado momento o que se passa e vou aqui referir isto. Não me cansarei referir isto, já refiro isto há tantos anos. O que se passa na Rua General de Justiniano Padrel, onde eu moro.* -----

----- *Eu moro na Álvaro Fagundes, que é a bifurcação da General Justiniano Padrel. Bom, para além de eu saber agora, coisa que não sabia, que moro lá há 35 anos, que aquilo é uma zona Gebalis, que é uma surpresa que tive neste momento, quando o Vice-Presidente da Vereção anterior da Câmara Municipal de Lisboa me responde dizendo*

que eu moro num bairro Gebalis. Coisa que não sabia. A Gebalis existe lá há 20, eu estou lá há 35. Portanto, desde logo acho estranha toda esta questão e, portanto, significa que aqueles que são os responsáveis deste território municipal nem sequer conhecem o que dizem e isto deixa-me preocupado, porque vejo tantas promessas não concretizadas, que é o problema que nós temos permanentemente. -----

----- Recordo que no dia 1 de janeiro de 2025 começavam as intervenções da recuperação de Vale de Santo António, do projeto de Vale de Santo António. Estamos a fazer um ano e ainda nada começou que eu saiba. Foi apresentado com grandes parangonas e, portanto, penso que a Junta anterior lhe deu a devida projeção porque participou em todas essas reuniões e nada foi contestado e nada foi dito sobre isso. -----

----- Mas o que eu trago é que custa-me cada vez mais viver e digo convictamente, estou a pensar sair do bairro, eventualmente vender, porque eu não consigo viver numa zona que é um gueto hoje e que a Junta tem permitido porque conhece perfeitamente o sítio onde eu moro. -----

----- Na última reunião falei que tem lá uma casa de alojamento local, que alguém não gostou, e eu vou referir a um alojamento local devidamente legalizado que passa faturas, que trata de todos os documentos e tudo o que é processual é entregue na Autoridade Tributária e nas outras autoridades. Se calhar, haverá muitos outros por esta Freguesia que o não cumprem. Se calhar era bom, quando se critica o alojamento local, pensar o que é e não é alojamento local, o que cumpre e não cumpre. Mas eu trago-o porque ontem foi o último dia que chegou lá um cliente americano e que ato contínuo foi embora. Disse “para um gueto? Isto é um gueto que aqui está. Isto é só um marasmo de viaturas estacionadas.” -----

----- Nós temos um recorde, que talvez fosse bom candidatarem ao guiness, que é sete faixas de estacionamento numa só rua. Na Rua General Justiniano Padrel, em frente ao número 23, há habitualmente sete faixas de carros estacionados. Se calhar, 50% deles são sinistrados. É uma oficina que lá está e esta é a condição de vida que nós temos. Somos considerados vivendo num gueto e efetivamente é verdade, porque estamos cada vez mais num gueto. Curiosamente contribui, mas nem sequer é a habitação social que lá está. Contribui porque sendo uma rua sem saída, obviamente praticam-se algumas questões, sobretudo em termos de sanidade, de salubridade, que não são as mais convenientes e, obviamente, o facto de não ter saída favorece tudo isso. -----

----- Mas é lamentável que isto se passe, que nós sejamos incomodados durante todas as noites, o carro do lixo para fazer as manobras variadíssimas que tem que fazer por impossibilidade de circulação. Nós somos acordados ao meio da manhã com o sinal sonoro de marcha atrás, que as ambulâncias e repito isto tantas vezes, agora só me falta ir para os jornais, que terei que ir para depois, algum dia, quando acontecer um problema ninguém dizia que não se sabia que isto ia acontecer. -----

----- As ambulâncias pararem no meio da rua para irem, nomeadamente quando é assistências nos prédios da Gebalis, irem os bombeiros com a maca pela rua fora porque a ambulância não tem acesso, não pode passar, é impossível passar, o lixo muitas noites não é recolhido. Está aqui uma Senhora da Junta que mora lá, sabe que isto que estou a dizer é completamente verdade, nada foge à realidade e o que me espanta, eu tenho 18 mails feitos à EMEL, eu contatei a EMEL, contatei a Polícia Municipal, a Câmara, eu ponho na plataforma da Minha Rua e dizem que é com a Polícia Municipal, a Polícia Municipal diz que não, a Polícia Municipal informa que é com a EMEL, a EMEL informa que é com a Polícia Municipal. -----

----- Depois há um dia que curiosamente apanhei lá o Polícia Municipal que me diz “sabe. a EMEL e a Polícia Municipal, a gente não se dá muito bem.” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia pediu que o freguês desse atenção ao tempo.

----- **Freguês José Sequeira:**-----
 ----- “A rua está há 65 anos para abrir, eu vivo nesta rua, se calhar era bom ouvir bem isto com cuidado e não limitar-me assim tão rapidamente, mas ainda assim vou cumprir o que me diz, vou terminar.-----
 ----- Não sei que mais alertas possa fazer, não gosto, não quero, não gostaria de viver numa zona destas, eu vivo neste momento num gueto, eu e as outras pessoas que lá moram. Portanto era bom que isto, eu já tive oportunidade de dizer ao Presidente e o Presidente pareceu-me ouvir e dizer que quer fazer sequência e sei que a responsabilidade não é total da Junta, também o será, mas não é total. Aqui temos que uma forma da Junta mostrar essa sua responsabilidade sobre isto é intervir com as outras entidades.-----
 ----- Nós somos ignorados. A EMEL, lembro só para terminar, é uma zona tarifada que não é vigiada, é uma zona exclusiva de residentes que nem sequer 10% dos carros são de residentes e, portanto, não sei o que mais fazer, porque a única entidade onde me devo dirigir e que tem possibilidade de me ouvir é a Junta de Freguesia. Agora não sei o que fazer mais, ficaria na esperança que um dia dessem sequência a este problema. -----
 ----- Muito obrigado.”-----
 ----- **Freguês Luís Sá** fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Muito boa noite a todos, à Mesa, ao Executivo, parabéns por terem caras novas e gente nova para continuar e ao público que está aqui e ao público que está em casa. --
 ----- Mais uma vez, eu moro na Calçada dos Barbadinhos, temos o problema da praga dos pombos nos varandins, iluminação pública, já arranjaram os candeeiros, mas há um que está apagado e que é o problema das lâmpadas, esteve a E-Redes a arranjar, eu falei com os senhores da E-Redes e eles disseram que era a lâmpada.-----
 ----- Fez este ano um ano ali na Calçada dos Barbadinhos, número 48, caiu o candeeiro, vieram buscar a estrutura, até hoje não está lá o candeeiro, é uma zona escura. Já houve tentativas de raptos, violação na Rua Mato Grosso ao pé do Café Bandeira, é as árvores, os transpostos públicos. No antigo Executivo eu levantei este problema, não tive resposta nenhuma, nem cartas, nem nada, porque isto, como costuma dizer, isto é o contentor do lixo. Dou os parabéns ao novo Executivo, já se vê pouco lixo nas ruas, mas continuam-se a pôr os contentores vazios e o lixo à volta.-----
 ----- Há falta de estacionamento de carros, de motas e mais uma vez peçam a quem pôs a porcaria das trotinetes ali no 113, que é uma vergonha, deixam as trotinetes entre os carros, no meio das ruas, as pessoas já se aleijaram. Os pisos nas outras Freguesias, eu venho da Penha-França, no meio das faixas de rodagem, borrachas para evitar o excesso de velocidade. Porque é que aqui não tem? Há anos que eu estou a pedir isso, houve quase tentativa de atropelamento.-----
 ----- Transportes públicos, sim senhor, temos um autocarro, prometeu-se na campanha, o Senhor Presidente prometeu falar com a Carris. A Carris já veio cá uma vez e ele chegou à Rua General Justiniano Padrel e disse não, não vou pôr cá os carros, não conseguem dar a volta. Tive um exemplo, o meu pai faleceu em março deste ano, a ambulância e um carro de bombeiros teve que vir de marcha atrás para sair da rua. Eu pergunto, porque que alargaram os passeios ali ao pé da escola? A Lobato Faria. -----
 ----- A limpeza do terreno, continua a haver canas a estragar os passeios. O Executivo anterior não fez nada, isto é o lixo, é o contentor do lixo. Eu peço ao novo Executivo e aos restantes partidos que saiam dos gabinetes e vão ver a situação, vão à noite, vejam como é que estão as coisas.-----
 ----- Vou às outras Freguesias, por exemplo lá em baixo no Terreiro do Paço, luz verde, LEDs, iluminam melhor do que estas. Candeeiros estão com o rabinho quentinho e apagam-se. -----

----- *Limpeza, não é numa semana que se vai limpar tudo, não há tempo, não houve tempo. Iluminação de Natal, teve muito sorte a ter essas luzes aqui ao pé da Junta e na Rua Washigton e Afonso Domingos, porque a fábrica ainda estava a funcionar, se não estivesse não tínhamos luz de Natal. Houve reclamações aí de muita gente, muita gente “ladra”, desculpe dizer o termo, mas virem às reuniões não vêem.* -----

----- *As árvores aqui na Calçada dos Barbadinhos, tenho a varanda toda cheia das folhas. Por que é que não tiram aquelas árvores que levantam os passeios com uma tempestade? Se um dia aquelas árvores caírem em cima do prédio ou em cima de alguém, ok, depois vamos ver quem é que é o responsável. Cortem-me aquelas árvores, tirem-me aquelas árvores dali, que é um perigo, tanto a essas, como lá na Rua General Justiniano Padrel*

----- *Eu espero que o novo Executivo e os partidos que estão aqui saiam dos gabinetes e vão ao local, falem com as pessoas. Há pessoas a passar fome, há pessoas apenas com as reformas que têm para comer. Espero que o novo Executivo, para o ano, tenhamos em um carrinho pequenino para transportar as pessoas para a farmácia, lá para baixo, para Santa Apolónia ou no Vale Santo António, porque tiraram-nos aqui a farmácia e nunca mais se ouviu se iam pôr uma ou outra, uma farmácia, porque há pessoas idosas. O centro de enfermagem só está a funcionar durante o dia.* -----

----- *Para tratar, por exemplo, documentos do IRS e outras coisas, devíamos ter aí uma mini loja de cidadão para tratar documentos, porque as pessoas têm que se deslocar a não sei quantos quilómetros aqui do bairro.*-----

----- *Eu espero que o novo Executivo faça aquilo que prometeu na campanha. Eu confio neles e espero que limpem o lixo que o antigo Executivo deixou. Depois na próxima intervenção tenho mais coisas.”*-----

----- **Freguesa Armanda Brito** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite a todos. É rápido.* -----

----- *Eu moro aqui na Calçada dos Barbadinhos 135. Puseram ali três ferros na porta por causa dos carros porque metiam os carros ao pé da porta. Eu queria sair e não conseguia e agora partiram um daqueles ferros, está tudo partido. No outro dia eu de manhã saí para o trabalho, puseram uma mota mesmo ali ao pé da porta da casa e eu queria só pedir uma coisa, é que podiam pôr aqueles ferros mais compridos. É a única coisa que eu quero.* -----

----- *É só. Obrigada a todos.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava pelas questões do Senhor Ludgero. Antes de mais dar as melhoras à sua mulher, esperando que recuperasse rapidamente. Tentaria fazer algum resumo das questões que foi colocando, algumas eram mais afirmações. -----

----- *Relativamente às questões de higiene urbana, dizer o que o Executivo fez e qual era a metodologia que seguiam. Entendiam que as questões da higiene urbana eram, sem dúvida, questões que tinham de ser vistas numa perspetiva trilateral, cidadãos, Câmara e Junta. Só quando as três partes conseguiam cumprir aquilo que lhes competia podiam resolver esse problema.*-----

----- *Sendo um problema estrutural, poderiam resolver numa primeira fase como outros faziam, com a contratação de uma empresa para limpar as coisas, mas percebiam que sendo um problema estrutural era necessário ter medidas estruturais. Já reuniram com o diretor municipal, com a vereadora, solicitaram essas reuniões logo no primeiro dia do mandato com uma carta dirigida ao Presidente da Câmara referindo alguns assuntos que gostavam de falar com ele e com os vereadores. Nessa sequência tiveram oportunidade de falar com o diretor municipal, onde referiram que muitas das questões da higiene urbana tinham que ser reforçadas não só através da fiscalização, que era muito importante e foi uma das garantias que lhe deram de haver mais fiscalização, mas também com o*

reforço das verbas e dos meios na Freguesia. Sem meios e sem reforço da fiscalização por parte da Câmara muito dificilmente conseguiriam fazer essa evolução de conseguir ter as ruas limpas. -----

----- O que lhe foi garantido era o estreitamento de parceria e isso veio a acontecer também numa reunião pública que conseguiram fazer com a Câmara, uma reunião pública com os fregueses em que a Câmara esteve presente a responder a algumas questões. Portanto, essa parte da sensibilização e sobretudo do contato entre os três vértices desse problema já começou a acontecer. -----

----- Por outro lado, dentro da Junta criaram uma equipa multidisciplinar e as conclusões foram o reforço de mais sete pessoas para conseguirem complementar algumas das necessidades prementes que tinham até à resolução dos concursos que estavam a decorrer. Foram algumas das conclusões a que chegaram, para além das ações de sensibilização que já fizeram também nas redes sociais e continuariam a fazer, indo às escolas. Nessa primeira fase foi a sensibilização para que as pessoas soubessem que podiam solicitar caixotes do lixo à CML, os horários da recolha. Portanto, mais uma vez essas questões só se resolviam quando as três partes colaboravam. -----

----- Essa era uma questão premente, sabiam que não se resolveu tudo. Aceitavam as críticas e seriam os primeiros a aceitar e a tentar de alguma forma resolver e fazer ainda melhor. As críticas não eram nenhum problema, não tinham medo delas, aceitavam e agradeciam porque só assim conseguiam realmente melhorar. -----

----- Relativamente às reuniões, os atendimentos eram feitos todas as semanas e as reuniões eram públicas. A metodologia que tinha adotado era que para além dos atendimentos semanalmente também havia reuniões quando eram públicas, agendadas, convocadas e publicadas em edital. Não queria dizer que fosse na última quinta-feira do mês, foram quando publicadas, porque não queria que tivesse que ser quinta-feira. O que fazia sentido era publicar com antecedência para os fregueses saberem e poderia até realizar em horários que fossem mais acessíveis para a população. Às 15 horas muitas pessoas estavam a trabalhar, as últimas reuniões públicas tinham feito mais tarde, às 18 horas, até para conseguirem ter a maior participação possível ou pelo menos dar essa possibilidade à população. -----

----- Em relação ao Senhor Nuno Ferreira, via muitas afirmações e poucas questões. Já tinha mudado de funções e agradecia que continuassem a falar das mesmas, mas estavam ali para resolver os problemas da Freguesia, tinham todo o interesse que as pessoas que quisessem colaborar prestar esse auxílio na resolução dos problemas que o fizessem, tinha muita dificuldade era em ver ali uma pergunta concreta. Falava da questão das empresas e depois iria responder, porque estava relacionada com a questão também levantada pelo Senhor Alexandre e poderia compactar tudo na mesma resposta. -----

----- Era um pouco desgastante estarem constantemente nessas questões. Sobre a CADA já tinha repetido várias vezes. A empresa das atas, o contrato era celebrado pela Junta de Freguesia, não era a Presidente da Assembleia atual que ia celebrar um contrato. Portanto, quando pediram à CADA que desse acesso ao contrato não tinha recusado nada, a única coisa que respondera foi que o Presidente da Assembleia não tinha essa competência, não era quem celebrava o contrato. Portanto, essas questões tinham que ser remetidas à Junta e o que a CADA dizia foi remeter as questões à Junta para a Junta dar resposta, em nenhum momento disse que o Presidente da Assembleia estava a recusar. -----

----- Estavam sempre a voltar ao mesmo, era um bocado cansativa essa tentativa constante de criar ruído em coisas que não tinham ruído nenhum. -----

----- Em relação ao Senhor José Sequeira, eram completamente sensíveis à sua questão, tinham conhecimento e queriam sobretudo dizer que dia 7 de janeiro iriam reunir-se com a EMEL para levar essas questões. Uma das coisas que tinha feito no primeiro dia de

mandato foi enviar uma carta ao Presidente da Câmara, uma carta à Carris e uma carta à EMEL, entretanto essa carta foi respondida e foi agendada uma reunião com o Executivo para dia 7 de janeiro. -----

----- Todas as questões que tinham fizessem chegar, essa em concreto levaria à reunião para mais uma vez reforçar aquilo que tinha toda a legitimidade em dizer, que tinham que resolver esse problema de haver vários carros parados em segunda, terceira e quarta ou quinta fila, tentando perceber o que podiam fazer para ordenar, já que o objetivo da EMEL era esse mesmo, ordenar a mobilidade, ordenar o estacionamento, o que infelizmente não tinha acontecido nessas ruas e com todos os constrangimentos que depois isso levava aos fregueses. Entendia, compreendia e nesse sentido levariam essas questões a quem de direito, que era a EMEL. -----

----- As questões que o Senhor Luís Sá fez relativamente às lâmpadas, já tinha reunido com a vereadora da higiene urbana, Joana Baptista, que tinha todas essas questões. Falaram da iluminação, havia muitos postes que não estavam a funcionar, e ela garantiu duas coisas. Primeiro que em fevereiro teriam mais pessoas na rua a fazer fiscalização, não só das questões da higiene urbana, mas também fazer fiscalização de mobiliário, luzes que não estivessem acesas. Haveria essa sinalização e enquanto Executivo também fariam essa sinalização, mas havia esse compromisso de um reforço de equipas por parte da Câmara. -----

----- Por outro lado, também uma das coisas que não sabia e que lhe foi dito nessa reunião era que nem todas as questões da iluminação seriam com a Câmara. Quando falavam da parte da lâmpada eram questões da Câmara, a questão de substituir a lâmpada ou não, mas muitas das questões que tinham com a iluminação podiam ser questões de rede e já não era com a Câmara, seria com a E-Redes. Portanto, andavam sempre em vários caminhos, umas vezes tinham que falar com a Câmara e outras vezes tinham que falar com a E-Redes, mas foi uma questão que lhe esclareceram e bem. -----

----- Se fosse uma questão de lâmpadas era mais simples, se fosse outra podia ser mais complexa e podia estar ligada com a própria estrutura. Muitas vezes pensavam que era só substituir a lâmpada e era uma questão com a E-Redes porque o próprio poste e iluminação tinha que ser toda substituída. Teria que se ver caso a caso aquilo que se passava. -----

----- Relativamente às trotinetes, era mais uma questão que no dia 7 de janeiro levariam à reunião com o Presidente da EMEL como uma questão prioritária, levariam ao espaço próprio para resolver. -----

----- Quanto à segurança rodoviária, um dos objetivos era no primeiro trimestre fazer um diagnóstico de segurança rodoviária e entregar à Câmara. Isso tinha que ser feito de uma forma integrada. Independentemente de poder haver casos em concreto que sabiam ser necessário garantir maior segurança rodoviária, fazia sentido um diagnóstico global das questões de segurança rodoviária na Freguesia e assim levar um documento completo à Câmara Municipal daquilo que achavam que deveria fazer em toda a Freguesia e não apenas numa coisa casuística. Esse era um dos objetivos para o primeiro trimestre, conseguir elaborar um diagnóstico de segurança rodoviária para ir de encontro a essa e outras necessidades que tinham na Freguesia. -----

----- Relativamente às árvores, existia um regulamento camarário, não era uma questão de quererem ou não. Havia árvores que pura e simplesmente não podiam cortar. O que iriam fazer na parte da Junta era que já tinham planeado o plano de podas que começaria no início do ano, em que fariam as podas de rotina para reduzir um pouco o impacto que muitas dessas árvores acabavam por ter na qualidade de vida dos fregueses, mas tudo o que fosse cortar árvores era com os regulamentos camarários específicos e não podia a Junta chegar e cortá-las. -----

----- Tinha ouvido a questão da Senhora Armanda e pedia-lhe que no final pudesse deixar o endereço. -----

----- **Período antes da ordem do dia;**-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tinha apresentado uma proposta de deliberação, no fundo era uma recomendação à Junta de Freguesia, que foi entregue à Mesa e agendada para essa reunião. O assunto tinha a ver com a recomendação para realização de uma auditoria externa à atividade financeira, contabilística e patrimonial da Junta de Freguesia de São Vicente para o mandato cessante, embora admitisse a possibilidade de poder ser alargada aos outros mandatos. -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- Auditoria externa à atividade financeira, contabilística e patrimonial da Junta de Freguesia para o mandato cessante-----

----- Considerando; -----

----- 1. Que nos termos da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia de Freguesia acompanhar, fiscalizar e apreciar a atividade da Junta de Freguesia, designadamente no domínio da execução orçamental, da gestão financeira e patrimonial. -----

----- 2. A transparência, a legalidade, a eficiência e a responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos constituem princípios fundamentais da administração autárquica. -----

----- 3. O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela lei nº 73/2013, de 3 de setembro, impõe às autarquias locais elevados padrões de rigor, boa gestão e sustentabilidade financeira. -----

----- 4. A realização de uma auditoria financeira e contabilística externa e independente constitui uma boa prática de governação democrática, contribuindo para o reforço da confiança dos cidadãos na atuação dos órgãos autárquicos. -----

----- 5. O mandato autárquico 2021-2025 cessante, sendo oportuno proceder a uma avaliação independente e rigorosa da execução orçamental, patrimonial e financeira da Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- 6. Compete à Assembleia de Freguesia, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador, pronunciar-se e tomar posição sobre matérias de relevante interesse público para a Freguesia, designadamente no que respeita à transparência e prestação de contas do órgão executivo. -----

----- Deliberação -----

----- Nestes termos, a Assembleia de Freguesia de São Vicente delibera; -----

----- 1. Recomendar à Junta de Freguesia de São Vicente a promoção da realização de uma auditoria externa independente à sua atividade financeira, contabilística e patrimonial referente ao mandato autárquico 2021-2025, cessante; -----

----- 2. Recomendar que a auditoria será realizada por uma entidade externa independente e devidamente credenciada a selecionar pela Junta de Freguesia através de procedimento transparente e em conformidade com o código dos contratos públicos. -----

----- 3. Recomendar que a auditoria incida designadamente sobre: -----

----- a) execução orçamental e patrimonial -----

----- b) a gestão de tesouraria e endividamento -----

----- c) a legalidade, regularidade, economia e eficiência das receitas e despesas -----

----- d) os contratos, protocolos, subsídios e apoios financeiros celebrados -----

----- e) a conformidade dos procedimentos contabilísticos com o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, SNCAP. -----

----- 4. Solicitar à Junta de Freguesia que o relatório final da auditoria seja remetido à Assembleia de Freguesia no prazo máximo 30 dias após a sua conclusão. -----

----- 5. Determinar que o relatório final seja publicamente disponibilizado através dos meios oficiais da Freguesia.-----

----- 6. Encarregar a Mesa da Assembleia de Freguesia de acompanhar o cumprimento da presente deliberação, designadamente no que respeita à receção do relatório final.

----- Lisboa, 21 de dezembro 2025.-----

----- O Proponente, Daniel Adrião -----”

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a recomendação e disse que o Executivo estava ali para trabalhar, para pensar no futuro e sobretudo para resolver os problemas dos fregueses, que foi para isso que votaram, foi por isso que legitimamente ali estavam. Quando se falava nas competências de fiscalização, que a Assembleia de Freguesia tinha e devia exercer, tinham vários momentos para o fazer e desde logo em abril com a apresentação das contas. Para além disso tinham vários procedimentos.-----

----- Um Orçamento ou qualquer documento contabilístico não era feito pela Junta de Freguesia, era feito pela contabilidade da Junta de Freguesia, revisto por uma empresa de contabilidade, revisto por um revisor oficial de contas, tinha um técnico oficial de contas. Não era uma coisa feita de forma completamente arbitrária e tinham a maior disponibilidade para que reunissem com a empresa de contabilidade ou com o revisor oficial de contas.-----

----- Sabiam quanto custava uma auditoria, não era uma coisa nada barata e sobretudo tinha que ser algo concreto, um objeto concreto. Quando se fazia uma auditoria tinha que haver uma questão concreta com indícios específicos, não era uma questão completamente arbitrária e quase de caça às bruxas.-----

----- Não conseguia compreender em concreto o que se pretendia relativamente a essa questão, mas se quisessem reunir tinham as empresas, o revisor oficial de contas, podiam reunir com quem entendessem, ter acesso aos documentos financeiros que entendessem e muitos deles eram públicos. Portanto, todas as questões que precisassem, estavam mais que disponíveis para garantir tempo e recursos para o fazer.-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que não havia nenhuma caça às bruxas, isso era um exercício de transparência democrática.-----

----- Iniciava-se um novo ciclo político com uma nova presidência e um novo Executivo, que aliás do Executivo anterior só transitava uma pessoa, concorria para a boa gestão e transparência das instituições que no fim de um ciclo houvesse um processo de escrutínio sobre o ciclo anterior, pelo menos o imediatamente anterior.-----

----- Ao longo do mandato anterior e não só, dos mandatos anteriores, foi sendo solicitado um conjunto de dúvidas absolutamente legítimas e nomeadamente no que respeitava a contratos celebrados e à própria gestão orçamental e patrimonial que mereceriam por parte de um Executivo que iniciava funções alguma clarificação.-----

----- O que se tratava era de clarificar e tão só isso, não havia nenhuma caça às bruxas, não havia nenhuma intenção de criminalizar procedimentos nem nada disso, era apenas contribuir para o bom escrutínio da coisa pública. Era um processo que pensava só contribuir para a transparência nas Opções do Plano e até na própria comunicação que o Presidente fazia na informação escrita. Falava na questão da transparência, na necessidade de haver procedimentos claros e era disso que se tratava.-----

----- Se fosse Presidente da Junta sentia-se mais confortável se houvesse um esclarecimento relativamente ao passado e à gestão passada, porque isso permitia virar uma página e tendo a certeza que tudo correu bem para trás. Eventualmente o que não tivesse corrido bem e pudesse ser sinalizado nessa auditoria seriam lições aprendidas para o futuro e para não reincidir desse tipo de erros que eventualmente tivessem sido cometidos.-----

----- Portanto, era apenas uma prática de boa gestão e transparência da coisa pública. Era só isso. -----

----- **Membro Silvia Ferreira (PS)** disse que era um gosto voltar a estar sentada nessa Assembleia de Freguesia e perceber que houve muita mudança em aspetos positivos. -

----- Queria dar os parabéns ao Executivo eleito e dizer que os códigos dos contratos públicos e a legislação local permitiam que fosse dispensável uma auditoria, exceto se houvesse efetivamente dúvidas de dano ou dolo, porque a administração pública não era sujeita nem devia ser passível de se cometerem erros. Ela tinha mecanismos, filtros, códigos e legislação para que fosse cumprida devidamente. -----

----- Sublinhar também tanto o técnico de contas como a empresa de contabilidade contratados pelos vários Executivos, porque se a auditoria fosse um garante de legalidade e de transparência seria obrigatória na transição de mandatos. Acreditava que a legislação pública assim iria impor, que fosse sempre feita uma auditoria externa em todas as transições de mandato. -----

----- Competia de facto, como era referido, que a Assembleia de Freguesia fizesse as questões de fiscalização, monitorização e o acompanhamento de todo o trabalho do Executivo. Era para isso que ali estavam, era nessa base que contava também fazer o seu papel e sempre que tivesse alguma dúvida pedir os documentos à Junta de Freguesia sobre algum contrato que lhe causasse alguma suspeita ou não esclarecimento total. Ter acesso a essa informação era dever de acompanhamento e não transferir para uma outra empresa ou para uma entidade externa. Eram externos ao Executivo, estavam ali para fazer esse papel e, portanto, não sujeitar isso a uma entidade externa que também não sabiam o que iria dizer, porque também eram pontos de vista. -----

----- Normalmente essas auditorias impunham recomendações e não queria um Executivo mandatado por recomendações de uma empresa auditora, queria um Executivo mandatado pela sua missão política, pelo compromisso que assumia com os seus fregueses dentro do âmbito da legalidade prevista na Lei, na transparência, no dever de abertura. -----

----- Aproveitava para dar já os parabéns ao Executivo pela postura de audição dos fregueses logo desde o primeiro dia. Esperava essa postura de ouvir o cidadão, ouvir o freguês. Ainda era pouco tempo, muitas vezes tinham o impulso de achar que faziam muito em cem dias, mas era muito pouco tempo quando chegava um Executivo novo a assumir as suas funções. Esse Executivo, e muito bem, estava a fazer pontos de situação e a tomar conhecimento. Portanto, nesse momento daria o benefício da dúvida ao novo Executivo, esperava que fizessem ótimos levantamentos de situação para poderem tomar melhores políticas públicas. -----

----- O Presidente acabou de referir que em muitas das situações havia necessidade de colaboração com a Câmara, o Executivo da Junta de Freguesia não tinha todas as competências e era importante que todos os fregueses também fossem percebendo isso. Era claro no ponto que iam discutir mais à frente, nas Opções do Plano, em que o Executivo tinha de facto um mandato e identificados os assuntos que sabia que não podia resolver e precisava do apoio da Câmara. -----

----- Não iam fazer ali um facto político dessa proposta e dessa recomendação. O PS iria abster-se nessa votação para não levantar exatamente um facto político, mas confiava na legislação pública nacional, confiava que as coisas pudessem correr bem e tivessem corrido bem no mandato anterior. Era outro ciclo, esse Executivo era novo. -----

----- Sobre o mandato anterior, não tinha feito nenhuma questão na altura nem estado muito próxima, caso alguém tivesse alguma questão podia fazer um pedido ao novo Executivo de um documento, um contrato ou outra questão qualquer. Uma auditoria era

muito cara e quem acompanhou o mandato anterior podia ter feito um pedido de documentação para fiscalizar isso. -----

----- O PS não era um obstáculo nessa recomendação, mas também não era favorável a ela. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que em relação a essa recomendação acabava por ter que intervir porque no programa eleitoral era algo que estava estabelecido. Se tivessem ganho a Junta, a primeira medida que iriam tomar era pedir uma auditoria externa. -----

----- Não sabia onde a Sílvia andou durante esses anos, mas provavelmente não foi na Freguesia, porque todos os documentos que foram solicitados ao longo dos anos à Junta de Freguesia nunca foram apresentados a ninguém. Tinha que causar alguma estranheza essa questão. -----

----- O facto do Presidente dizer que estavam lá para trabalhar, era isso que estavam, para iniciar um novo ciclo, mas também tinham que perceber o ciclo que fechou e aquilo que foi deixado. Alguns iam tendo algum tipo de conhecimento, mas nada ia impedir de continuar a trabalhar, porque uma auditoria não era o Presidente a fazer e, portanto, acreditava que os trabalhos continuassem a ser feitos da mesma forma. -----

----- Era apenas uma recomendação feita por outro partido, mas o PSD com toda a transparência que achava que devia ser tomada, teria que ir mais longe. Não deveria ser feito apenas ao último mandato, mas no mínimo aos dois últimos mandatos. Não sendo uma caça às bruxas, mas teriam que salvaguardar e perceber que na realidade as coisas mudaram, que estavam com outro tipo de postura. -----

----- Havia um freguês que levantava a questão das respostas, mas a Lei era tão clara. Quando as perguntas eram feitas de uma forma bem esclarecida ao Executivo, se não respondesse em Assembleia de Freguesia, a Lei dizia que tinha trinta dias para o fazer por escrito. -----

----- Não sabia se depois existiu algum tipo de preocupação da parte dos fregueses em procurar se essas respostas foram dadas, mas a Lei era clara e se não fosse feito dessa forma significava que a Junta estava a incumprir com a Lei. Tinham essa função de fiscalizar, mas todos os fregueses tinham o direito de aceder a qualquer informação, a questionar aquilo que quisessem questionar e obterem essas respostas. -----

----- Essa auditoria era extremamente importante, pelo menos para os eleitos era de uma importância enorme porque acabava até por os proteger, sabendo o que tinham para trás e o que iam levar para a frente. Não inibia o trabalho de ninguém, podia reforçar o trabalho e a Eleita do PS já informou que iriam abster, mas era de extrema importância fazê-lo e o PSD iria votar a favor. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que aquilo que diziam em relação à proposta de recomendação era apenas isso, era uma proposta de recomendação enviada à Junta de Freguesia e cabia à Junta, dentro do ponto de vista do seu trabalho e daquilo que via em relação às contas do passado, se valia a pena ou não fazer a auditoria. Iriam votar a favor dessa recomendação à Junta de Freguesia e estavam de acordo que cabia à Junta essa decisão final. -----

----- Percebiam que se houvesse outra força política a ganhar a Freguesia, se calhar teria mais cuidado para ver como foi o passado. Já houve outras Freguesias em Lisboa que foram objeto de auditorias com coisas concretas e até com coisas muito graves, a ponto de perderem eleição e tudo. Portanto, se essa situação não se verificava, competia à Junta de Freguesia analisar e ver como seria o futuro, mas o PCP votaria a favor da recomendação apresentada. -----

----- **Membro João da Silva (Chega)** disse que a decisão relativamente a essa proposta era de a seguir. A decisão do partido tinha sido de solicitar auditorias nas autarquias onde

entrava pela primeira vez e enquanto norma de boa higiene relativamente à capacidade financeira das autarquias locais essas auditorias deveriam ser realizadas. Não numa vertente de caça às bruxas, mas sim numa vertente de cooperação com o próprio Executivo, constituído o novo ciclo político em cada uma dessas autarquias.-----

----- Eventualmente poderiam ser afinados os objetivos da auditoria, porque não podiam ser tão latos que fossem quase impossíveis de cumprir, mas afinados esses objetivos seria para a própria Junta um instrumento de gestão financeira extremamente adequado para poder prosseguir o seu trabalho sem os fantasmas do passado. -----

----- Era essa a opinião do Chega e votaria a favor da proposta de recomendação. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que não era daqueles que lançavam suspeitas generalizadas, longe disso, sobre qualquer Executivo, fosse autárquico ou outro, mas não tinham nada contra mecanismos de transparência e havendo dúvidas elas podiam ser esclarecidas, mesmo existindo outros mecanismos que podiam ter detetado caso existissem essas possíveis irregularidades. -----

----- Apelavam a que o custo que essa auditoria pudesse ter fosse o mais contido possível, sabendo que nunca seria um valor muito baixo, mas apesar disso votaria a favor porque era um mecanismo adicional que parecia legítimo poder ser utilizado. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que a IL era a favor dessa recomendação. Queriam muito ver as questões financeiras e da proficiência. -----

----- Estava muito preocupado com o Orçamento e por isso recomendaria uma contenção de custos e que a auditoria fosse rápida para fazer um reset ao que estava feito e começarem a trabalhar a partir daí. -----

----- Não via com maus olhos que a Mesa da Assembleia pudesse criar um grupo de trabalho para ajudar essa auditoria, porque também era a favor que muitas vezes as auditorias externas não levavam grandes resultados e podiam fazer um mix para poupar custos, um grupo de trabalho da Assembleia com os auditores para ver se conseguiam ser mais rápidos, reduzindo custos e sendo mais eficientes. Queriam era que trabalhasse em conjunto e apresentar resultados, saber qual era a real situação. -----

----- Quando falassem do Orçamento tinha algumas questões, mas via com bons olhos criarem um grupo que pudesse ajudar a auditoria para acelerar o processo e minimizar custos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Auditoria externa à atividade financeira, contabilística e patrimonial da Junta de Freguesia para o mandato cessante”**, apresentada pelo MEFSV, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, PCP, BE, Chega, IL e MEFSV) e 4 abstenções (PS)-----

----- **Ordem do Dia**-----

----- **I. Apreciação e votação das Opções do Plano e do Orçamento da Freguesia de São Vicente para o ano de 2026;**-----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que era uma honra estar ali na sua primeira Assembleia de Freguesia para apresentar esse documento. Não era uma novidade, fizeram o processo possível tendo em conta o tempo de auscultação, de apresentação às forças políticas ali representadas e ao grupo de cidadãos eleitores. Tentaram fazer uma primeira abordagem sem pré-condicionantes, ouvindo o que cada força considerava prioritário. Houve depois uma segunda já baseada em documentos específicos, em opções e números específicos no Orçamento. -----

----- A ideia que ficava era que havia uma convergência naquilo que era essencial dos problemas da Freguesia e também nas oportunidades. As Opções do Plano eram uma declinação de 2026 daqueles que foram os compromissos na campanha eleitoral, numa atitude de transparência e de reforço de qualidade da democracia, de transformar em

compromissos para o mandato. Não iria dizer que era caso único em Portugal porque não conhecia todas as Freguesias do país, mas seria claramente um caso raro de Executivo que se comprometia com tamanho detalhe na ação, o que facilitava o escrutínio. Era com base nisso que seriam avaliados e daí estruturarem sempre o programa eleitoral com base em ambições, aquilo que queriam para a Freguesia. -----

----- As Opções do Plano não eram diferentes, a não ser a particularidade de estarem em 2026, o ano de início de mandato. Estavam divididas estrategicamente em quatro eixos, como aumentar a capacidade e a eficiência dos serviços da Junta de Freguesia. Apesar disso, nunca esquecer que o trabalho era no dia a dia concretizar e melhorar a vida da população. Também lançar as bases de projetos estruturantes para a Freguesia, que havia muitos, e ainda perceber sempre que a Junta de Freguesia acabava por ser o provedor da população para defender os interesses da Freguesia. -----

----- Esse ponto era extremamente importante e convinha sinalizar isso. Havia coisas que eram verdadeiramente importantes para a vida da população e da Freguesia que não eram competência da Junta de Freguesia. A bem da discussão e do pragmatismo da realidade convinha sempre fazer essa distinção. -----

----- O que salientava no primeiro ponto, de aumentar a capacidade, era que a Junta de Freguesia nesse momento não tinha uma orgânica, um aspeto fundamental que pretendiam o mais rapidamente possível apresentar à Assembleia de Freguesia um regulamento para a constituição da orgânica, que iria tornar a Junta de Freguesia mais capaz para implementar políticas. Era necessário que os procedimentos internos e externos fossem digitalizados para rapidamente adaptar aos novos tempos. -----

----- Tinham que rapidamente, a bem da capacidade da Junta de Freguesia, mas também da dignidade de quem trabalhava, concluir os processos de recrutamento em curso e avaliar as necessidades permanentes da Junta de Freguesia. Estavam preocupados com as condições de trabalho, sabendo que melhores condições de trabalho dignificavam quem trabalhava e melhoravam o serviço da Junta de Freguesia. -----

----- Queriam que tudo o que pudesse ser internalizado fosse internalizado, que a Junta de Freguesia tivesse conhecimento, tivesse inteligência e dependesse ao mínimo da contratação externa. -----

----- Havia um ponto extremamente importante, até por causa dos projetos estruturantes, que era a diversificação das fontes de financiamento. As Freguesias já eram elegíveis para fundos europeus e tinham que procurar novas vias de financiamento para concretizar novos projetos na Freguesia. -----

----- Relativamente às melhorias no dia a dia, naturalmente que a higiene urbana era um problema que conheciam todos muito bem. Estavam a dar passos significativos e estavam em crer que 2026 seria um ano decisivo para a resolução desses problemas. Haveria já alguns conjuntos de beneficiações em 2026, obras de melhoramento. -----

----- Na preocupação para a Freguesia havia um ponto extremamente importante e que era colocar o desenvolvimento económico como uma preocupação central da Junta de Freguesia e dos órgãos políticos da Freguesia, que o tecido económico se conhecesse todo e que conseguisse trabalhar em conjunto. A Freguesia não se ia substituir os privados, mas iria ser um agente mobilizador de trabalho colaborativo, fosse entre empresas ou com cooperativas, não tinham dogmas quanto à estrutura produtiva. -----

----- Na educação queria dar nota da intenção em avaliar a possibilidade e concretizar as atividades extra-curriculares passarem a ser providenciadas pela Junta de Freguesia, o que permitiria ganhos de eficiência através dos recursos afetos aos CAFs e AAAs. ---

----- Seguindo a linha daquilo que tinham vindo a fazer, de envolver a população nas decisões, em 2026 pretendiam criar várias comissões que permitissem auscultar a população sobre determinadas temáticas, quem sabia e estava no terreno, fossem

associações culturais ou empresas. Uma especial preocupação com as questões da mobilidade, chamar quem tinha dificuldades concretas de mobilidade para diagnosticar os problemas de acessibilidade na Freguesia. Nem sempre se conseguia perceber o impacto que um determinado sinal podia ter quando posto no meio do passeio e queriam fazer esse diagnóstico, chamar quem era impactado por essas situações para ajudar a resolver esses problemas. -----

----- Relativamente às associações e coletividades, um fenómeno extremamente importante na Freguesia, se o Orçamento fosse aprovado iriam em 2026 criar um fundo de apoio às coletividades com uma verba considerável, 200 mil euros, em que queriam começar a financiar as coletividades em planos plurianuais para que soubessem com aquilo que podiam contar e desenvolver projetos diferentes daqueles que já desenvolviam. -----

----- Na boa gestão e transparência e integridade fazer quase tudo o que estava nos compromissos, fosse a questão do código de conduta que a Junta de Freguesia ainda não tinha, e também terem planos de controle de conflito de interesses. Era muito importante para reforçar a confiança nas instituições.-----

----- Lançar as bases dos projetos estruturantes e que não dependiam só da Junta de Freguesia. Nos compromissos assumidos perante a população distinguirem aquilo que pretendiam ser e avançar em todas as condições, como seria o caso da biblioteca e todos aqueles projetos relevantes para a população e que dependiam da intervenção da Câmara Municipal. Nas Opções do Plano faziam exatamente a mesma coisa. -----

----- Relativamente a uma medida que consideravam essencial na Freguesia de São Vicente, não fazia sentido que uma Freguesia como São Vicente na capital de um país europeu não tivesse uma biblioteca que se pudesse considerar com alguma dignidade. Em 2026 queriam começar a trabalhar no edifício da Rua Paraíso para que em 2027 conseguissem ter lá a Biblioteca Natália Correia, conforme tinham prometido. -----

----- Iriam começar o diálogo com a Câmara Municipal para não só tentar renovar o CDC do mandato anterior que caducou e ainda tinha projetos em carteira a extremamente importantes para a Freguesia, como também lançar uma nova geração de contratos de delegação de competências que permitissem concluir vários projetos relevantes. -----

----- Quanto aos interesses da Freguesia que tinha que ser a Câmara Municipal a resolver, já ali foi falado na questão da iluminação, iriam trabalhar com a Câmara Municipal para que esses problemas fossem definitivamente resolvidos. Uma das preocupações que ouviram ao falar com os partidos era a questão do Jardim da Cerca da Graça, que tinha que merecer uma intervenção de vigor da Câmara Municipal. Também a questão da segurança rodoviária e a intervenção junto da Carris por causa da fraca oferta de transporte em algumas zonas da Freguesia, ou então junto da EMEL relativamente aos problemas de estacionamento. -----

----- Ficavam disponíveis para alguma questão de detalhe, mas no fundo era um pouco isso.-----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** desejou a todos os colegas eleitos, sem exceção, um excelente mandato e ao mesmo tempo dar os parabéns ao Executivo na pessoa do Senhor Presidente pela eleição.-----

----- Em relação ao Orçamento e Plano de Atividades tinha algumas questões que preocupavam, mas antes de entrar em pormenor nessas mesmas questões havia uma informação que pensava não ter sido prestada pelo Executivo, não sabia se de forma estratégica e pensada ou se de forma casual. Pensava que nenhum dos eleitos saberia, talvez os do PS soubessem, a quem foram atribuídos os pelouros do Executivo, não sabiam ainda qual o organigrama do Executivo desse ponto de vista. Tivera o cuidado na

preparação da Assembleia de Freguesia ir visualizar o site e não estava nada publicado em relação a essa questão. -----

----- Não estava a fazer nenhuma crítica sobre como deviam ser distribuídos os pelouros, a única coisa que gostariam de saber era de que forma, até para saberem quem era quem no que dizia respeito a algumas questões que podiam vir a ser levantadas durante o mandato.-----

----- Se não foram as 24 Freguesias tinha visto a maioria e todas elas no seu site oficial, até em termos de redes sociais, apresentavam essas distribuições de pelouros, coisa que não aconteceu em relação à Junta de Freguesia. Portanto, seria um bom ponto de partida que o Executivo desse essa informação, para que pudessem dirigir ao Executivo e saberem quem ia responder, porque se perguntavam ao Presidente e depois passava a um Membro do Executivo, legitimamente e bem, mas era para terem todos o mesmo nível de informação que não havia à partida.-----

----- Do ponto de vista um pouco mais geral e até para não causar muitas ânsias, em relação ao Orçamento e Plano de Atividades dizer já taxativamente que o PSD iria abster. Ia abster porque compreendiam que as eleições foram claras, as pessoas votaram com um determinado sentido e deviam à partida e num primeiro momento ter o máximo respeito por isso, mas queria só lembrar uma coisa, o Executivo tomou posse há um mês e meio e obviamente que nesse tempo não conseguiram fazer tudo aquilo que eventualmente pensaram fazer, provavelmente se acontecesse com o PSD também não conseguiriam, porém havia uma diferença, não prometiam no programa eleitoral que resolviam o problema da limpeza na Freguesia em trinta dias. Sabiam que isso não era possível fazer e o PS também sabia, até porque sabiam que a higiene urbana era um problema estrutural e também sabiam que tinham que contar muito com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, sabendo disso, não se podiam atravessar a dizer que resolviam o problema da higiene urbana da Freguesia em trinta dias. -----

----- Os primeiros sinais desse ponto de vista dados pelo Executivo eram positivos. Claro que ainda não resolveu, claro que haveria ainda situações de ruas em pior estado do que outras, mas tinham que ser justos e os primeiros sinais iam no sentido certo. -----

----- Era um problema estrutural, era um problema que não se resolvia de um dia para o outro, houve a entrada de um determinado número de pessoas e era exigível que provavelmente entrassem mais pessoas, na certeza porém que isso ia um pouco em conflito com outra questão muito importante e que em sede de Orçamento era talvez das coisas que preocupava mais, o peso demasiado em relação àquilo que era o custo de salários e relacionado com os recursos humanos existentes ao serviço da Junta de Freguesia. Não só aquilo que eram os quadros, mas também o que eram os precários. -

----- Essa era uma questão que também estava para ser resolvida, relacionada com as pessoas que estavam há sete, oito ou nove anos em regime de precariedade na Freguesia. Esse balanço teria que ser feito e estava expectante para saber como iriam gerir essa questão que os preocupava, mas era ainda pouco tempo para apresentarem resultados desse ponto de vista e com essa abstenção o PSD dava o tempo que precisavam para iniciarem o trabalho, respeitar aquilo que os eleitores disseram na urna no dia das eleições, mas ao mesmo tempo lançar uma bandeira de que havia ali um partido e pessoas para fiscalizar de forma séria o trabalho e as medidas.-----

----- Fazia um parêntesis que lhe parecia de profunda justiça e reconhecer de forma positiva ao Executivo o facto de os ter chamado. Todos teriam estado em reuniões preparatórias para o Orçamento e Plano de Atividades, pelo menos ouviram o que eram as preocupações.-----

----- Também ninguém iria estranhar que o PSD se revia em alguns pontos que o Executivo queria apresentar, talvez a maneira de lá chegar fosse substancialmente

diferente, mas reconhecia e queria fazer justiça disso, a humildade de chamar as forças políticas presentes em Assembleia de Freguesia para discutir previamente os planos que tinham e a ideia que tinham para o Orçamento. -----

----- Com o decorrer da reunião lançaria uma ou outra questão mais particular, mas o sentido de voto era a abstenção pelos motivos que acabara de descrever. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tinha ouvido atentamente aquilo que apresentou o Vogal responsável por esse pelouro, alegadamente, porque não sabiam os pelouros. Ainda não foram comunicados e isso era muito importante ser absolutamente esclarecido e clarificado. -----

----- Em relação à audição da oposição, o Executivo mais não fez do que cumprir a Lei, que determinava que os Membros eleitos tivessem que ser ouvidos em sede de preparação das Opções do Plano e do Orçamento. Portanto, foi isso que foi feito, o cumprimento apenas e estritamente daquilo que estava estabelecido na Lei ao abrigo do estatuto do direito de oposição. -----

----- Tinha levado muito a sério esse processo de audição e tinha preparado dois documentos, um comparativo das medidas plasmadas nas Opções do Plano apresentadas pelo Executivo e as medidas que enquanto grupo de cidadãos eleitores "Em Frente São Vicente" apresentaram no âmbito do programa eleitoral. Tinha feito até um quadro comparativo relativamente a um conjunto de áreas, as semelhanças e diferenças entre essas duas plataformas políticas. Na sequência disso apresentara um conjunto de propostas de alteração às Opções do Plano, 37 propostas de alteração num documento entregue ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Toda a documentação foi enviada na 25ª hora, muito em cima da Assembleia, sem tempo para haver uma preparação suficientemente maturada, sobretudo quando lhe era exigido que passadas 24 horas estivessem a reunir. Tinha pedido mais tempo porque queria fazer uma análise séria e não apenas protocolar. -----

----- Na reunião com o Senhor Presidente tinha apresentado esses documentos, um quadro comparativo do programa eleitoral do "Em Frente São Vicente" e das Opções do Plano apresentadas pelo Executivo. Desse quadro comparativo resultou um conjunto de propostas, um documento que tinha apresentado ao Senhor Presidente e aguardara que depois da versão preliminar aparecesse a versão definitiva, esperando que algumas das propostas apresentadas em domínios tão distintos como a habitação, a economia, equipamentos concretos, eventos, os arraiais de Santo António, a piscina, eram muitas áreas e tinha ficado à espera que algumas dessas propostas tivessem sido plasmadas, mas nem uma. -----

----- Das 37 propostas apresentadas, nem uma. Aliás, a versão preliminar das Opções do Plano era praticamente a versão final, as diferenças eram meramente pontuais, quase não havia diferença entre a versão preliminar e a versão definitiva. -----

----- Tinha consigo as propostas e para que houvesse um cabal esclarecimento relativamente ao que estava a dizer iria sumariamente referi-las porque achava importantes, nomeadamente em matéria de habitação, matéria absolutamente crítica. Havia uma crise habitacional profunda no país, em particular em Lisboa e em particular no centro histórico de Lisboa e na Freguesia. Tinha apresentado uma proposta no sentido de ser desenvolvido um programa de habitação a custos controlados e renda acessível, assente nos imóveis que eram propriedade do Estado e que existiam na Freguesia. Em primeiro lugar devia ser feito um levantamento desses imóveis e depois desenvolvido um plano de construção de habitação a custos controlados e renda acessível. Não exclusivamente por parte da Junta, mas em colaboração designadamente com a Câmara Municipal, mas era preciso fazer um programa e isso não estava previsto nas Opções do Plano. -----

----- Para que esse trabalho fosse bem feito e para que fosse estruturado era preciso criar um gabinete local de apoio à habitação, não apenas para o desenvolvimento desse projeto, mas também para acompanhar muitos problemas que tinham existido em matéria de habitação na Freguesia, designadamente ao nível dos contratos de arrendamento. Esse gabinete devia ter uma mediação e apoiar os arrendatários nos processos de arrendamento com os senhorios, devia acompanhar um conjunto de processos de requalificação urbana, designadamente na Quinta do Ferro. -----

----- Não havia uma palavra nas Opções do Plano sobre a Quinta do Ferro, a expressão "Quinta do Ferro" não existia. Perguntava como era possível ignorar a obra mais estruturante e mais importante em termos de requalificação urbana na Freguesia em décadas. Era muito difícil compreender quais as traves mestras dessas Opções do Plano para além de um conjunto de medidas avulsas elencadas, mas sem obedecerem a uma estratégia e isso refletia-se nesse particular como se refletia num conjunto de outras matérias. -----

----- Perguntou como era possível não se dizer uma palavra sobre o Mercado de Sapadores, um equipamento que estava na Freguesia de São Vicente, que estava territorialmente na Freguesia, isso era absolutamente indiscutível. Aliás, bastava ir ver a planta da Freguesia publicada pela própria Junta, claramente se concluiu que o Mercado de Sapadores estava no território da Freguesia de São Vicente. Não havia uma palavra sobre o Mercado de Sapadores, sobre a necessidade de retomar a gestão do Mercado do Sapadores. -----

----- Sobre a ação social, havia uma crise emergencial no país em matéria de falta de lares, tinham os hospitais cheios de pessoas que não deviam lá estar e que ocupavam camas por não haver lares. Havia um projeto ali, a escassos metros do local onde estavam para a construção do lar residencial de Santa Engrácia, um projeto ASEL que tinha terreno, tinha projeto de arquitetura. Era absolutamente crítica a construção desse equipamento e não havia uma palavra nas Opções do Plano sobre essa questão de uma enorme relevância. -----

----- Isso já para não falar sobre o quartel de Sapadores, em que o Senhor Presidente disse na reunião que era um equipamento do Exército, do Ministério da Defesa, mas tinha uma proposta de minuta para o Executivo enviar ao Ministério da Defesa e ao Exército sobre a questão do quartel de Sapadores, precisamente para questionar sobre que serviços ou unidades se encontravam nesse momento a funcionar no quartel de Sapadores, o antigo Regimento de Transmissões, quais as áreas do referido imóvel se encontravam afetadas a funções operacionais e que áreas se encontravam eventualmente desocupadas ou passíveis de utilização alternativa. Também saber se existia por parte do Ministério da Defesa qualquer plano ou estudo de intenção de desativação parcial, de realocação do serviço ou de cedência de espaços naquele equipamento e em que termos a articulação institucional com a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia para eventual utilização de áreas não afetadas a funções militares, para fins comunitários, culturais, sociais ou associativos. -----

----- Era tão simples quanto isso, era fazer um requerimento ao Ministério da Defesa e perguntar, depois logo veriam quais eram as respostas do Ministério da Defesa. -----

----- Havia um conjunto de questões que estavam completamente ausentes no documento que supostamente devia ser estratégico, um documento estruturante que refletisse e plasmasse uma visão de futuro. Era bom perceber que viviam numa das Freguesias com maior índice de envelhecimento da Cidade de Lisboa, onde os problemas da gentrificação eram deveras preocupantes, uma Freguesia que não tinha capacidade de atrair talento nem capital e, portanto, eram precisos projetos âncora com visão estratégica para poder pensar a Freguesia a médio e longo prazo e garantir o futuro da Freguesia, para que não

fosse uma Freguesia cada vez mais envelhecida e abandonada, onde apenas era refúgio para alguns milionários que ali podiam comprar habitação a custos absolutamente exorbitantes, que era o tipo de habitação nesse momento disponível. -----

----- Era fundamental que em vez de deixar que o património do Estado continuasse a ser colocado no mercado ao serviço da especulação imobiliária, como aconteceu com o quartel da Graça, infelizmente só se lembraram disso numa fase muito tardia e quando estava tudo decidido, por isso era tão importante agora olharem para o quartel de Sapadores, precisamente para que não se repetisse o mesmo processo que aconteceu com o quartel da Graça. No fim das decisões estarem tomadas e de haver direitos adquiridos não era fácil inverter. Era agora, atempadamente, a altura para começar a trabalhar e perspetivar utilizações úteis e socialmente relevantes para esses equipamentos.-----

----- Não via que esse documento tivesse uma visão estratégica e por ser omissivo em relação a um conjunto de matérias que achava absolutamente fundamentais e que foram bandeiras do programa eleitoral apresentado pelo Movimento "Em Frente São Vicente", que tiveram grande respaldo e que inclusivamente fizeram várias sessões públicas sobre alguns desses temas, convocando especialistas, sabiam do que estavam a falar. Aliás, o programa era não apenas muito detalhado, mas até com uma calendarização com medidas urgentes, medidas a curto, médio e longo prazo, que foi fruto de um processo de auscultação cidadã, de um inquérito que fizeram à população. Nada do que ali estava vertido foi pensado sem uma base empírica forte. -----

----- Portanto, estranhavam a total insensibilidade do Executivo relativamente a esse conjunto de matérias e tendo em conta isso votaria contra as Opções do Plano e Orçamento, porque era impossível rever-se para o futuro, nem que fosse imediato, da Freguesia. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que seria muito breve e focando naquilo que eram as competências da Freguesia e na análise desse Plano, começando por também solicitar ao Executivo que com a brevidade possível pudesse identificar a distribuição de pelouros, para que a Assembleia de Freguesia pudesse perceber quem estava a assumir determinadas responsabilidades. Elas eram concentradas no Presidente, que depois distribuía os seus pelouros, mas era importante tomar conhecimento disso. -----

----- Dava os parabéns pelo esforço do Plano, que refletia o programa mais votado pelas pessoas. Nesse sentido era bom responder aquilo que a população escrutinou na votação que deu a maioria para vencer, não maioria absoluta, mas deu a maioria a esse Executivo e, portanto, os parabéns por isso. -----

----- Ainda assim parecia um Plano bastante ambicioso para um ano, sendo o primeiro e com a necessidade de diagnósticos que identificavam. Diagnosticar para intervir era um modo de ação do Executivo bem expresso nessas Opções do Plano e parecia até bastante ambicioso. Gostava muito que no final de 2026 a Assembleia refletisse as ações que ali estavam. De facto, refletia uma alteração de comportamento e de atitude, tinha muitas medidas de proximidade e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. -----

----- No entanto, havia uma preocupação que tinha e já manifestara, quando colocavam uma das prioridades do desenvolvimento económico, que era fundamental para a Freguesia, nos últimos anos havia uma tendência do desenvolvimento económico corresponder muito à procura do turismo e perderam muito comércio de proximidade. Gostava de ir à mercearia, gostava da proximidade do senhor do café, conversar aqui e ali, andar na sua Freguesia e sentir que tinha uma resposta às suas necessidades enquanto moradora. Como muitos moradores, o que sentiam era essa alteração da atividade económica em resposta ao turismo. -----

----- Havia um boom de novos comércios, em todas as ruas havia lojas novas a mudar de localização para responder melhor ao circuito turístico. Deixava essa nota, que esse sentido de desenvolvimento económico também respondesse ao mesmo tempo. -----

----- O turismo não era nenhum bicho de sete cabeças e permitia o desenvolvimento económico. Quando começou a ser Membro da Assembleia o eléctrico levava os turistas todos, que não paravam na Graça nem conheciam os miradouros, agora era o contrário e tinham que travar um pouco os tuk-tuk no acesso aos miradouros, mas em boa verdade essa prioridade económica refletia aquilo que era a necessidade dos moradores. Era um dos alertas que deixava. -----

----- Relativamente à educação, que era o maior investimento que uma Freguesia poderia ter, dar uma nota de maior utilização das escolas que tinham como espaço de utilização ao fim de semana. A escola aberta era um fenómeno que permitia criar comunidade. Se houvesse uma escola aberta, maximizando espaço, permitindo que o investimento também por parte da Câmara Municipal e do Ministério da Educação, quando se aplicasse, tivesse impacto direto na qualidade de vida dos moradores. -----

----- Deixaria essas duas notas como prioridades para um primeiro ano e um incentivo que gostaria no final de 2026 ver as medidas das Opções do Plano identificadas serem cumpridas. -----

----- Relativamente ao Orçamento, uma das preocupações que tinha era sobre os recursos humanos. Parecia ser muito, mas não era e tinha a ver também com o contrato de delegação de competências e a questão de muitas vezes não poderia ter pessoas no quadro porque eram dependentes de transferência de verbas e era difícil manter contratos *ad eternum* nesse sentido, embora fosse uma situação que tinha de ser resolvida com a Câmara Municipal. A estabilidade dos quadros da Junta de Freguesia e a perspetiva de trabalho e segurança no trabalho por parte dos trabalhadores era fundamental e no Orçamento não via refletido a 100% a missão que lhe parecia perfeitamente legítima de maior integração. -----

----- Se integrassem mais quadros e mais competências na Junta de Freguesia permitiria ter um maior controlo e efetividade dessa política pública e da operacionalização da política pública. Não via isso totalmente refletido no Orçamento, mas era um Orçamento inicial e de quem acabou de tomar posse, acreditava que ao longo do ano e com a contratação e se pudesse depois ser revertido com alterações orçamentais. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que o BE se revia completamente nesse Plano e Orçamento. Sabiam que muitas coisas que o Executivo gostaria de começar a fazer em 2026 não seria possível porque o Orçamento não tinha ainda a dimensão que gostariam, tinha limitações, mas estavam a ser dados passos muito importantes para marcar para já uma cultura bastante diferente da atuação do Executivo e achava que os fregueses reconheciam isso. -----

----- Já foram referidas duas sessões públicas sobre a higiene urbana, tinha havido atendimento dos fregueses por parte do Presidente da Junta. Portanto, estavam em curso várias medidas que iam ao encontro de uma Junta de Freguesia muito mais transparente e de maior proximidade. -----

----- Em relação a estar ali vertida uma estratégia ou não, claro que havia uma estratégia de em primeiro lugar auscultar as pessoas sobre as diferentes temáticas e os diferentes problemas que precisavam de resolução na Freguesia. Isso transparecia no documento e era um pilar importantíssimo para terem uma Junta de Freguesia que proporcionava as soluções que realmente se adequavam a cada situação. Era muito positivo ver que isso já estava a ser implementado e que no ano 2026 seriam feitos vários diagnósticos. No da segurança rodoviária já houve intervenções do público sobre esse assunto. Seriam criados

conselhos importantes para aconselhar o Executivo e, portanto, havia aí um pilar muito importante da transparência.-----

----- Depois da organização interna, quando se iniciava um novo ciclo e perante o facto de não existir um organigrama era algo que tinha que ser atacado logo de início e estava a ser estudada a afetação dos diferentes recursos humanos, o que era muito importante e podia ser utilizado.-----

----- Em relação ao código de conduta, havia outras medidas em curso nesse nível e que permitiriam a longo prazo à Junta ser mais eficiente no futuro.-----

----- Havia compromissos que já foram cumpridos, a abertura do jardim da Bica do Sapato, a abertura do espaço de convívio, havia também uma série de compromissos para o próximo ano.-----

----- Existia outro pilar da eficiência dos recursos, não só internamente, fossem eles recursos humanos ou económicos. 2026 tinha que ser o ano onde se concluiria o concurso que já levava demasiado tempo para a contratação de assistentes para a higiene urbana e gostava de uma atualização sobre o limite temporal expectável para esse problema. ---

----- Saudar que no edifício onde estavam haveria melhorias, no espaço do posto clínico para melhorar os serviços ali prestados. Os apoios às coletividades serem plurianuais também era uma mudança muito importante e que levaria mais estabilidade.-----

----- Perguntou se haveria um regulamento que permitisse perceber todos os critérios que seriam utilizados na atribuição desses apoios, como era salutar que existisse. -----

----- Em relação à habitação, que foi um tema ali referido, parecia sensato começar pelo que estava referido no Plano e que era sensibilizar a Câmara para que os edifícios municipais fossem reabilitados. Sem a reabilitação dos edifícios não se podia fazer aluguer, fosse ele gerido pela Câmara ou por que entidade fosse. No sistema que tinham era a Câmara Municipal que fazia esses programas de arrendamento acessível. Se dissessem que havia abertura por parte da Câmara para haver Juntas de Freguesia a gerir esses programas, muito bem, mas para já, para que pudessem chegar a ter sequer arrendamento acessível tinham que assegurar primeiro que a Câmara reabilitava os edifícios que pudessem estar disponíveis.-----

----- Sobre a Freguesia ser envelhecida, existia um capítulo nas Opções do Plano relativamente ao envelhecimento ativo e em 2026 seria implementado um plano. Era referido criar-se o gabinete e conheceriam em breve quais eram as atividades para esse domínio.-----

----- **Membro João da Silva (Chega)** disse que, relativamente às Opções do Plano e Orçamento, todos de uma maneira geral acharam que eram questões cruciais a ter em conta, coisas tão normais como a higiene urbana, a habitação, a mobilidade que na Freguesia era tão importante, ou a falta dela nesse caso. Portanto, conseguiam de alguma forma ter uma voz quase única em termos daqueles que eram os grandes problemas da Freguesia de São Vicente.-----

----- Não tinha uma voz única de certeza absoluta era na forma como ela devia ser trabalhada em termos de encontrar as melhores soluções para cada um desses problemas e isso tinha uma parte política e ideológica por trás, mas também tinha uma forma diferente de ver o funcionamento das instituições.-----

----- Parecia que também estavam todos de acordo quanto à necessidade de se criarem regras em termos de organização da Freguesia e que de alguma forma permitissem a responsabilização de cada um dos Membros do Executivo e que se pudesse assim fazer também uma verificação da transparência dos procedimentos que estavam a ser adotados.-----

----- Uma questão que se colocava era que estavam a falar do que seria 2026, mas na prática nenhum desses projetos, ou poucos deles, se iriam concretizar no ano económico. Iria prolongar-se necessariamente e isso era referido no documento, logo no início,

durante todo o mandato. Portanto, estavam ali com esse nível de detalhe, presumivelmente a criar compromissos para todo o mandato, compromissos plurianuais que eventualmente teriam que ser profundamente reequacionados durante o mandato. Estavam na maior parte dos casos a criar compromissos no orçamento da despesa que corriam o risco de não poderem ser financiados convenientemente. -----

----- Existindo uma programação de se requerer novas vias de financiamento do Município seria de alguma forma uma solução possível, mas não era uma solução que se pudesse considerar como estando assegurada. -----

----- Tudo isso criava uma convicção que tinham de ter mais alguma visão muito centrada no ano 2026, naquilo que era uma questão a curto prazo e aquilo que seria uma visão a médio e longo prazo. Aquilo que se encontrava ali como sendo uma prioridade no próximo ano poderia continuar a ser assegurado, sob pena desse documento não ter nenhum tipo de valência para os efeitos que continha. -----

----- Com esses pressupostos e sem entrar em muitos mais detalhes, embora na questão da habitação achasse essencial que se fizesse um levantamento de tudo o que era património do Município, aliás havia um prédio ao lado da sede que tinha aquela bela placa a dizer camarário e que estava completamente devoluto e em risco de cair em cima da sede, não podia haver coisa mais perigosa. Quando esse fosse requalificado já não era mau, mas haveria com certeza muitos mais. -----

----- Na parte que importava para a avaliação desse documento, o Chega teria que votar contra. Não por uma questão de birra, mas porque os compromissos criados do ponto de vista financeiro, que eram necessariamente de natureza plurianual, não estavam defendidos com uma expectativa de receita que pudesse vir a cobri-los. No essencial era essa mensagem que queria transmitir ao Executivo. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que se debruçaram muito sério mesmo em relação a essas Opções do Plano. De alguma forma achava que o Plano seria muito difícil de poder concretizar em 2026. Achavam que havia ali muitos compromissos por parte da Junta de Freguesia que, embora merecessem aceitação e até saudação, era uma coisa natural de acontecer em equipas novas que entravam na gestão desses trabalhos, apesar da maioria já conhecer muito bem a questão autárquica, mas quando falavam da habitação, em que a Câmara Municipal de Lisboa reduzia o seu investimento na habitação, parecia-lhe que ficava tudo dito no plano daquilo que podiam fazer numa Freguesia, mesmo que tivessem opiniões muito concretas. -----

----- As questões do abandono total do património camarário, que ali na Freguesia nem sequer era muito, mas seria bom poderem renovar o património todo e dizer que a Freguesia tinha o património renovado. Era tão pouco que podia ser merecedor dessa situação. -----

----- Essas novas Opções poderiam levar a algo que era importante e que eram as questões das relações humanas. Olhando por um lado para as Opções e por outro lado com alguma disponibilidade da Junta de Freguesia nesse pouco tempo que tinham, podia ser muito promissora essa questão de querer falar com as pessoas. Pela primeira vez se ouviu nessa Freguesia desde sempre, fazer um Plano no qual se queria ouvir as pessoas, independentemente de depois conseguirem que as pessoas fossem lá, mas ouvir aquilo que as pessoas entendiam ser importante fazer para 2026. Era muito arrojado e era muito importante dar a cara com essas coisas, como aconteceu também em relação à higiene urbana. -----

----- Havia uma confusão em relação à higiene urbana e ao lixo, eram coisas diferentes, podia ser relativamente mais fácil resolver o problema do lixo, o caixote estar com lixo e deixar de estar, mas o problema da higiene urbana não era resolvido e as relações do mundo do trabalho tinham muito peso na higiene urbana, nos espaços verdes, tudo isso.

Tendo em conta que não haveria alterações significativas, esperando que as alterações vindas da Câmara fossem para o positivo trabalho desenvolvido entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, havia aí algumas coisas que já levavam a algumas interrogações em relação a isso. -----

----- Tinha-se falado na criação de comissões locais e isso podia ser muito importante, teriam era que ver depois a operacionalidade disso tudo. Dizer que se fazia a comissão do desporto, da cultura, da juventude, etc., isso era tudo para o papel, para haver corpo nisso era necessária muita exigência. -----

----- A criação de gabinetes de apoio implicava gastos e o dinheiro livre existente para isso, se fossem ver o Plano Plurianual com 5.600.000 euros de receita e 2.300.000 eram só para pessoal, ficava-se com uma margem muito pequena para aquilo que eram os objetivos nas Opções. Havia mesmo questões que eram tratadas mais que uma vez, umas atirando responsabilidade para as Juntas e outras para a Câmara, o que mostrava a dificuldade que a Junta de Freguesia iria ter nesse relacionamento. Esperavam estar enganados com isso, mas infelizmente essas coisas eram como o algodão, nunca enganava. -----

----- Havia necessidade de dar alguma confiança a esse Executivo. Não estavam muito preocupados no que dizia respeito às votações, o que interessava ali era se estavam a defender os interesses dos moradores ou não, independentemente do partido. O que interessava ali era ajudar a resolver o problema e não estarem a pensar que se calhar no próximo ano tinham dois e passavam a um. A preocupação era mais para onde essa malta ia do que o facto de perder, mas foi um dado adquirido. -----

----- No último Orçamento da Junta de Freguesia votaram contra, porque aquilo que a Junta de Freguesia anterior foi demonstrando nesse tempo todo eram falhas naquilo que escreviam no papel. A opinião em relação ao primeiro ano do atual Executivo era exatamente ao contrário, havia que dar confiança para não serem mais uma força política a dizer sim e não ia meter isso fora do calendário. Na opinião do PCP o que interessava era defender os interesses da população. -----

----- Se a Junta de Freguesia naquilo que escreveu nas Opções do Plano realmente concretizasse, no próximo ano veriam o que foi concretizado, dentro daquilo que era possível tinha que ter o apoio de uma Assembleia de Freguesia. Isso tinha sido muito conversado e para dar confiança a essa nova Junta de Freguesia iriam viabilizar e votar a favor sem problemas nenhuns se daí quatro anos em vez de serem dois passarem a ser só um. O que sabiam era que se a Junta de Freguesia conseguisse concretizar essas Opções do Plano iriam melhorar muito a qualidade das pessoas que ali moravam e isso era o que mais preocupava ao PCP. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que a IL estava muito contente porque finalmente via nas opções do plano algumas medidas que já englobavam a iniciativa privada e o investimento de empresas na Freguesia. Gostavam também da área dos diagnósticos, dos levantamentos que iam ser feitos, a transparência e rigor orçamental que ali era prometido. Quando tentavam criar iniciativa privada numa Freguesia como São Vicente não tinha só a ver com a atração de turistas, era criação de mais emprego, nómadas digitais, sedes de empresas, para levar outro tipo de impostos como eram as derramas e outros. Por isso viam com bons olhos finalmente algumas iniciativas liberais constantes nas Opções do Plano. -----

----- A Iniciativa Liberal iria votar a favor das Opções do Plano e ao votar favoravelmente também achavam que não seria muito fácil cumprir com esse Orçamento. Estavam com muita preocupação orçamental e votariam a favor das Opções, mas seriam muito mais rigorosos no controle porque seria muito difícil cumprir o que estava ali com esse

Orçamento. Iriam abster no Orçamento e tinha muita preocupação porque era uma receita bastante baixa comparativamente com o nível de custos. -----

----- Os custos com o pessoal eram uma componente muito forte em termos do Orçamento e não estava a dizer que era um exagero, que eram pessoas a mais, as pessoas podiam era estar mal afetas, mas o problema eram receitas. A Freguesia tinha um déficit de receitas, o Orçamento vivia essencialmente das transferências da Câmara Municipal, teriam era que arranjar forma de aumentar as receitas ou não iriam cumprir nada do que estava nas Opções do Plano. -----

----- Por isso votariam a favor das Opções do Plano, viam com bons olhos essa abertura do Executivo nomeadamente a reunir com os partidos, a ouvir algumas ideias que a IL também tinha para a Freguesia. No Orçamento iriam a abster por dois motivos, nesse momento não tinha capacidade para analisar o Orçamento na sua plenitude porque ainda não conhecia a execução orçamental de 2025 e não podia fazer comparações. De qualquer maneira, seriam muito mais rigorosos, porque concordava com as Opções do Plano, mas seriam muito difíceis de cumprir e por isso estrariam ali para analisar e ajudar, queriam levar ideias da iniciativa privada para poder ajudar na componente de receitas, que era o problema. Os custos eram o normal desse tipo de Juntas, mas tinham que aumentar receitas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu os contributos e as preocupações, que em grande parte também eram as do Executivo. -----

----- Relativamente à questão dos pelouros, nesse momento eram meramente indicativos, por uma questão que o Vogal Tiago já disse. Quando estavam a tentar criar um organograma novo era não apenas criar um organograma, mas também tentar criar uma metodologia de como iriam trabalhar na Freguesia em termos de pelouros. O objetivo era perceber aquilo que fazia sentido continuar como estava e o que fazia sentido ser adaptado com base no novo organograma. Portanto, se estavam a criar um organograma tinham como princípio não haver já os pelouros definidos até ao final do mandato porque não sabiam de momento se fariam ou não sentido com o novo organograma que queriam criar e com a nova perspetiva de ver a Junta de Freguesia. -----

----- Havia alguns pelouros indicativos que iriam colocar no site, mas a questão essencial era conseguirem concluir o organograma, concluir como queriam pensar o novo modelo de funcionamento da Junta de Freguesia e com base nisso depois definir também todos os pelouros e a forma de atuação. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins**, em relação à higiene urbana, disse que não estava nos compromissos que iam resolver os problemas em trinta dias, mas que iam implementar o plano que implementaram. O que estava no site da Junta de Freguesia e não alteraram nada dizia o seguinte: -----

----- “Executar nos primeiros trinta dias de mandato um plano para termos as ruas no imediato e lançar essas bases na resolução definitiva do problema.” -----

----- Apesar de terem publicado já isso passados trinta dias, não alteraram uma única palavra ou vírgula e o plano foi implementado. Teve falhas, teve acertos e estava aí para ser visto. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que na questão da precariedade e dos concursos a primeira coisa que fizeram foi desde logo falar com a empresa que estava a gerir as questões dos concursos públicos e reforçar a necessidade disso ser o mais acelerado possível. Sabia que algumas pessoas já receberam as convocações e essa matéria estava a ser tratada, foi desde logo uma coisa que se preocuparam em dar avanços significativos e pressionar as entidades competentes para conseguir ter esse assunto a funcionar e com a maior rapidez possível. Isso já estava a ser tratado e esperava dentro em breve ter novidades para dar. -----

----- Quanto às questões levantadas pelo Membro Daniel Adrião, aí num tom irónico, mas parecia-lhe que a ambição de ser Primeiro-Ministro continuava, porque muitas das questões que levantou para ir contra as Opções do Plano nem sequer eram da própria competência da Junta. -----

----- Das 37 propostas de alteração que tinha levado à reunião, uma das conclusões que chegaram na altura era que só havia duas, Mercado de Sapadores e quartel, que não estavam mencionadas nos compromissos. Tinham lido a tabela comparativa e ficara à espera que lhe enviasse o e-mail, basicamente estava lá tudo. -----

----- Podiam não concordar depois com a concretização e isso dava de barato. Os próprios Membros do PSD disseram e bem que provavelmente, se estivessem ali, teriam outra forma de concretizar, mas uma coisa era a forma e outra coisa era o conteúdo e os objetivos que estavam sinalizados. -----

----- Outra coisa que fizeram e era importante lembrar, fizeram duas audições. O que estava definido por Lei era uma e por uma questão metodológica o que queriam implementar na atuação era ter mais que uma audição com os Membros eleitos e ter uma audição com a população para haver múltiplas auscultações e perceber de que forma conseguiam derimir. Não houve apenas uma, houve a primeira de cortesia democrática e que tinha como objetivo perceber se estavam de alguma forma em harmonia com os princípios basilares que queriam implementar nas GOP. Houve esse cuidado e nem era uma questão de cuidado, era uma coisa que queriam implementar e que achavam fazer sentido, que fariam também no futuro. -----

----- Relativamente aos ofícios, era uma questão que também já tinha dito na altura, que poderiam até enviar um ofício ao Exército para falar do quartel da Graça. Obviamente que nas Grandes Opções não iam elencar todos os ofícios que iriam enviar ao longo de 2026, mas já o tinha dito na reunião. Aliás, foi uma das coisas que disse que o Executivo tinha vontade de fazer, para perceber qual o ponto de situação. -----

----- Realmente as GOP eram ambiciosas e sabiam disso, mas o objetivo seria sempre desafiar-se e tentar ambicionar porque era a única forma de terem uma bússola orientadora para o futuro daquilo que queriam que fosse o mandato, um mandato de ambição e um passo de desenvolvimento para a Freguesia. Esperavam esse escrutínio, mas também fariam o próprio escrutínio. -----

----- Na parte da educação estava completamente de acordo, tinham que utilizar as escolas. Havia o exemplo da Gil Vicente, que estava aberta aos fins de semana e funcionava muito bem. Tinha falado de forma informal com a APSI e com as pessoas que faziam esse tipo de atividades na Gil Vicente para perceber se poderiam por exemplo implementar na Rosa Lobato de Faria. Era uma zona que tinha poucos equipamentos desportivos, tinha poucos espaços e aquela área beneficiaria muito se conseguissem ter mais um espaço aberto ao fim de semana. Era uma questão que também tinha de se ver com o agrupamento, que tinha que dar essa validação, mas estavam de acordo que numa zona histórica com poucos equipamentos e com necessidade de mais equipamentos desportivos e não só as escolas eram uma forma rápida e fácil de resolver essa necessidade. -----

----- A questão dos recursos humanos era uma realidade, tinham delegações de competências para várias áreas e muitas das áreas estavam condicionadas por delegações de competências. Tinham a expectativa que houvesse uma estabilidade e que muitas continuassem, mas não deixava de ser verdade que já foi dito que algumas delegações seriam retiradas e a todo o momento isso podia ser revertido. Tinham que ter essa questão em consideração quando faziam os concursos, muitas das competências poderiam ser revertidas se a Câmara assim entendesse. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que parecia haver um entendimento que seria não só razoável, mas extremamente importante para a Freguesia. Não fugiam às questões relevantes para a Freguesia, enunciavam todas, eram ambiciosos e parecia que da parte dos Membros eleitos havia responsabilidade de no primeiro ano viabilizar para que o Executivo pudesse ter resultados naquilo que interessava a todos.-----

----- Tinha algumas notas para que determinados pontos ficassem bem esclarecidos, nomeadamente aqueles que motivavam o voto contra do Membro Daniel Adrião.-----

----- Sobre a habitação, na página 14 dizia o seguinte: “Elaborar um diagnóstico do imobiliário público não utilizado para intervir junto das entidades competentes para a sua afetação a habitação acessível”.-----

----- Compreendia que a habitação só se resolvia com habitação, mas pedir a uma Junta de Freguesia que começasse a fazer habitação do nada, que no fundo era isso que se sugeria, falava de habitação e não dizia como. Podia dizer como, com a diversificação das fontes de financiamento, porque não havia outra forma, não era a Freguesia com o Orçamento que tinha que iria começar a construir habitação. Não era possível, não era realista, nem sequer parecia ser uma proposta com andamento. -----

----- Quando por exemplo olhavam para a Freguesia de Benfica, que conseguia fazer habitação, fazia com diversificação das fontes de financiamento.-----

----- Em momento algum se falava em como fazer, falava-se do objetivo que todos tinham, mas isso era a mesma coisa que começar a casa pelo telhado. -----

----- Relativamente a projetos económicos, talentos, coisas com as quais todos concordavam, não se dizia quais eram os projetos, se iam das empresas, das cooperativas, ou se seria o Membro Daniel Adrião a dizer o que as empresas tinham que fazer. Se era para as empresas definirem quais os projetos e os investimentos, parecia que as Opções do Plano eram bastante aptas a isso. Gabinete de apoio ao investimento, para que as empresas conseguissem diversificar as suas fontes de financiamento, financiarem projetos e desenvolverem-se, uma forma das empresas da Freguesia se conectarem para perceber que projetos podiam ser desenvolvidos em conjunto, criar uma rede de profissionais na Freguesia para quem fazia coisas diferentes poder ter projetos colaborativos. Essa era verdadeiramente a forma de uma Freguesia promover o desenvolvimento económico, tudo o resto escapava-lhe um pouco ao atendimento. ----

----- A Freguesia não podia ter uma empresa, não via que o que ali estava não fosse eficaz, uma proposta realista ajustada e era um pouco isso, não só diziam como, mas também criar as ferramentas para que as coisas acontecessem. -----

----- Havia uma questão transversal no próximo ano, que era criar regulamentos para apoios sociais ou para o pólo clínico, para que houvesse transparência nos critérios de acesso e se conseguisse fazer reforços na ação social. -----

----- Relativamente à questão do Chega, a razão que identificava para votar contra e as preocupações que elencava eram também as preocupações do Executivo e desde logo o primeiro eixo estratégico, que era conseguir tornar a despesa muito mais eficiente, diversificar as fontes de financiamento. Esses eram os instrumentos para poder cumprir medidas. -----

----- Dizer que esses compromissos não eram exequíveis no longo prazo quando tinham consciência de que era preciso fazer alterações, fosse ao nível da organização, fosse ao nível do financiamento para os concretizar, parecia ser uma contradição, mas também disse que o Chega teria que votar e sabiam porquê. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tinha uma declaração de voto para entregar, onde explicitava de uma forma muito clara as razões que o levavam a votar contra. Os esclarecimentos que foram dados não colhiam, porque havia um conjunto de

omissões significativas e as generalizações que ali eram feitas não resolviam problemas muito concretos.-----

----- Não tinha referido uma matéria que era fundamental e estava completamente ausente, para além das outras que já sinalizara, que era a questão dos arraiais de Santo António e o modelo de gestão desses arraiais. Estava uma referência genérica à sua avaliação sem assumir qualquer intenção de reforma do modelo existente. -----

----- Em matéria de descentralização dos arraiais, por que razão a concentração de todos os arraiais teria que ser no Largo da Graça e naquela zona do coreto? A Freguesia era muito grande, havia muitos espaços que podiam acolher esse tipo de festividades. Aliás, havia um espaço brutal em São Vicente de Fora, o Campo de Santa Clara, onde praticamente não havia habitantes e o impacto em termos de ruído ou do próprio trânsito seria muito mais mitigado do que fazer isso no ponto central e nevrálgico da Freguesia, que era a Rua da Graça e o Largo da Graça. -----

----- Tudo isso merecia reflexão, merecia avaliação em conjunto e em colaboração com as coletividades, mas também uma matéria que continuava a ser completamente ignorada pelo Executivo e que era o facto de saber que estava a ser constituída uma associação de comerciantes e empresários na Freguesia... uma rede de profissionais não era uma associação de empresários e comerciantes. Era preciso dialogar com essas pessoas.----

----- Perguntou como a Freguesia podia ter uma estratégia para as empresas e não dialogava com a entidade que nesse momento estava em constituição para fazer essa articulação entre os comerciantes. -----

----- Era preciso que as Opções do Plano vertessem um conjunto de questões absolutamente vitais. Por exemplo, fazer uma avaliação não era a mesma coisa que determinar o desenvolvimento de um estudo de mobilidade, essa palavra não existia, “estudo de mobilidade”. Não era um diagnóstico, a Junta de Freguesia não tinha competências para fazer diagnósticos sobre mobilidade, nem técnicas nem de outra natureza. Tinha que ser um estudo encomendado a quem sabia, havia empresas especializadas em mobilidade que sabiam fazer estudos de tráfego e de mobilidade e era a esses especialistas que tinham de recorrer, não era à prata da casa porque infelizmente a estrutura da Junta de Freguesia não tinha condições em termos técnicos nem de know how para poder desenvolver um plano de tráfego a sério, como seria necessário. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** disse que tinha colocado a questão relativamente aos pelouros e a forma como estavam a organizar e para que ficasse claro era legítimo o que estavam a fazer, a única coisa que era preciso seria partilharem essa informação de forma pública. -----

----- Relacionado com isso lançava uma preocupação. Não sabia se era por via disso ou não, mas o que tinha entendido era que queriam primeiro perceber de que forma iam organizar os serviços da Junta e todo o seu funcionamento, depois então perceber o que fazia sentido em quê. A única coisa que queria deixar clara era que por princípio se calhar seria daqueles à antiga e achava que as Juntas da Freguesia eram para ser geridas pelo Executivo, não pelos técnicos. Portanto, se lhe permitiam a opinião, o organograma devia começar daí para baixo e não de baixo para o Executivo. Era só essa ressalva que queria deixar, para que depois não houvesse situações em que, como já aconteceu nos mandatos anteriores e que tinha identificado sempre, parecia haver técnicos que queriam mandar mais do que o próprio Executivo. Se calhar mandavam, não sabia. -----

----- A segunda questão eram duas perguntas diretas e concretas. Tinha apanhado uma frase em que o Senhor Presidente falava da delegação de competências e tinha conhecimento que algumas iriam ser retiradas. Gostaria de saber quais em concreto, se sabia que partilhasse porque era importante saberem. -----

----- No Plano de Atividades não tinha quantificado, não tinha ido a esse nível de detalhe, mas muitas vezes se referia gabinetes de trabalho, comissões de trabalho, plano de ação relacionado com um gabinete. A pergunta que queria fazer era muito clara, se esses gabinetes e essas comissões, a comissão de mobilidade, comissão de acompanhamento do ponto de vista da saúde, se isso significava um apporto de recursos humanos ou seriam identificados dentro dos recursos humanos existentes. Se garantia que o Executivo não ia precisar de ninguém e que ninguém ia de fora em mobilidade para fazer face a essas comissões, se com os quadros existentes iam gerir essas comissões. -----

----- Tinha ouvido falar várias vezes e já tinha algum tempo disso, não enquanto eleito, mas enquanto participante ativo na vida da Freguesia, havia uma clara dependência da Câmara Municipal de Lisboa e já sabia como seria durante os quatro anos, tudo o que corresse bem foi o Executivo que fez e tudo o que corresse mal a culpa era da Câmara Municipal de Lisboa, por uma ou outra razão, ficava em ata essa frase, para depois fazerem um regresso a esse dia e perceber se era o que iria acontecer. -----

----- Havia muita coisa que era justificada com a Câmara e haveria ainda muito mais a ser justificado pela Câmara. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** referiu que estavam numa Assembleia de Freguesia, não estavam num tribunal em que o juiz, nesse caso era a Presidente, estava a coartar a intervenção dos Membros da Junta de Freguesia por causa das horas, porque se era por causa das horas marcavam nova Assembleia de Freguesia para discutir. Essa coisa de dizer que tinham uma hora para discutir o Plano e uma hora para discutir outra coisa qualquer, achava que isso devia ser repensado. Fazia a crítica, mas era uma crítica com um objetivo construtivo, tinham que ver bem se ficava alguma coisa por dizer porque estavam a olhar para o relógio. -----

----- Os eleitos da Assembleia de Freguesia estavam a mostrar algum repeito pela Junta de Freguesia, pela Mesa e pelos moradores. Podiam concordar ou não com o que cada um dizia, mas havia uma forma superior em relação a isso. -----

----- O problema de Sapadores não era um problema da Junta de Freguesia, era um problema do Governo com a Câmara Municipal de Lisboa e depois a Junta de Freguesia poderia ajudar nalguma coisa. Não estivessem a alterar as questões. Tendo em conta o Governo que era e a Câmara que era, podia haver todas as possibilidades políticas de se encontrarem até do ponto de vista militar. -----

----- Concordava que se tinha que trabalhar nisso, mas não concordava que resolviam as coisas através de papel de ofício, porque papel de ofício nunca resolveu, o que resolvia era falarem cara a cara com as entidades e a questão da mobilidade era central. Falou-se numa série de coisas e não na Carris, era importante ver as questões da mobilidade na Freguesia. -----

----- Em conversa que já tinha tido com o Presidente, havia questões que na conversa com a Carris eram coisas fáceis de resolver, o mesmo acontecendo em relação ao cimo da Justiniano Padrel. A Junta tinha que criar um grupo, até aproveitando os moradores que iam às Assembleias, sobre o que se podia fazer na parte superior que levasse por exemplo a uma rotunda, que no futuro pudesse resolver a mobilidade e a questão do morador poder dormir, a questão da ambulância lá em cima. Podia não ser uma questão apenas da Junta de Freguesia, mas uma co-responsabilidade com o Município. -----

----- Falou-se muito nas últimas Assembleias do Vale de Santo António, parava tudo por causa do Vale de Santo António. Quando o Vale de Santo António estivesse pronto, se estivesse alguma vez, então a malta que morava ali iria ter uma vida encantada, mas já não seriam esses que lá viviam e era necessário no investimento dar alguma qualidade de vida. -----

----- As questões dos arraiais eram uma coisa que não podiam estar a discutir assim nas Opções do Plano. Tiveram muitas Assembleias de Freguesia marcadas para discutir isso, para discutir o que entendiam como festas populares de Lisboa, como era o Largo da Graça e tudo isso. -----

----- Ali em baixo fazia-se um arraial popular, em Santa Engrácio os “Tabacos” faziam, a Voz do Operário fazia e depois havia uma coisa chamada Largo da Graça. Isso tinha que ser conversado com calma, os regulamentos também com calma. Nunca conseguiriam o ótimo, mas essa relação dos arraiais e regulamento tinha que ser a partir da Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta ou não, mas que aparecia para poderem discutir. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que estavam há uma hora e quarenta a discutir o Orçamento. Sabia que era um documento importante e por isso cada um dos partidos teve possibilidade de falar cerca de quinze minutos. O Executivo falou, voltaram a falar, estava a haver oportunidade para discutir, mas também tinham que garantir a sua posição de garantir que todos os pontos eram discutidos e havia que ter algum bom senso também para o funcionamento da Assembleia. -----

----- Agradecia a crítica, mas também achava que era um pouco injusta, considerando que possivelmente iriam ter duas horas de discussão do Orçamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que os trabalhos estavam a decorrer bem, estavam a conseguir criar um respeito institucional que era importante e era de louvar a todos os que estavam a participar nessa Assembleia. -----

----- Começando pela questão da Carris, já envidaram esforços para falar com a Carris, já tinha falado na reunião com o Vice-Presidente da Câmara sobre algumas questões até de rotas e foi dito que eventualmente haveria possibilidade da Carris rever algumas rotas. Logo que houvesse possibilidade de falar com a Carris falaria também com a Assembleia para perceber as rotas que podiam ser alteradas e os percursos que podiam ser melhorados. -----

----- Quando se referia à Câmara nunca era como crítica. Aliás, a Câmara era o maior parceiro e sobretudo nada funcionava sem a Câmara, era uma constatação de algumas evidências. Podia dizer que a delegação das eco-ilhas era uma questão que foi referida várias vezes ao longo da campanha e era uma questão neutra, não estava a assumir que era bom ou mau. -----

----- Todos queriam o problema da higiene urbana resolvido e se a adoção dessa medida fosse melhor lá estaria para concordar. Não tinha essa questão ideológica por trás, porque a questão maior era o problema estar resolvido, mas evidentemente que o maior parceiro era aquele que mais dependiam e muitas vezes as questões só eram resolvidas pela Câmara. Cabia a si ter a transparência e honestidade de dizer, para não parecer que conseguiam resolver tudo quando não conseguiam. -----

----- A delegação de competências iria terminar, provavelmente não em 2026, mas no ano seguinte, como já foi falado pelo Presidente ainda na altura da campanha. -----

----- Relativamente aos gabinetes e comissões, o objetivo de participação e transparência não era apenas a participação dos fregueses nas reuniões públicas. Não pretendiam apenas que os fregueses participassem, mas sobretudo que construíssem e elaborassem políticas públicas com a Junta. Essas comissões consultivas serviam para isso mesmo, para que os próprios fregueses conseguissem estar dentro da elaboração das propostas que eventualmente iriam tentar implementar. -----

----- Sobre os gabinetes, poderia haver um ou outro, como o gabinete de apoio ao investimento, gabinetes muito específicos que podiam precisar de um técnico, um economista ou alguém assim do género, mas eram situações muito pontuais. Na maior

parte seriam até cidadãos comuns, principalmente nas comissões, que estariam presentes, era uma questão de voluntariado e participação cívica. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que foi referido não haver nenhuma referência a associações de empresas que estivessem a ser constituídas, mas na página 10 dizia o seguinte: “Apoiar associações de empresas e comerciantes nas atividades que entendam levar a cabo para a promoção dos seus produtos e serviços”.-----

----- Das duas uma, ou estava a inventar isso ou o que o Membro Daniel Adrião iria dizer era que tinha que ser a Junta a dizer às associações de empresas o que elas queriam fazer. Não sabia o que podia ser mais claro do que isso, tinha mesmo dificuldade em compreender. -----

----- Relativamente à questão de ser preciso um estudo, estavam de acordo. A questão da Rua da Graça, no programa eleitoral e nas Opções do Plano estava claramente o seguinte: “Avaliar os problemas de circulação na via pública por peões, veículos e transportes, com especial atenção a pessoas com mobilidade reduzida e propor soluções seguras, nomeadamente no Arco Grande de Cima em dias de feira e na Rua da Graça.” -----

----- Um estudo desses não custava mil ou dois mil euros e achar que fazia sentido imputar um custo desse estudo a uma Junta de Freguesia quando as competências relativas à mobilidade eram da Câmara Municipal, isso não fazia qualquer sentido. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** referiu o facto de haver uma consideração genérica sobre associações de comerciantes e empresários, ainda por cima no plural, sabendo-se que não existia nenhuma no momento, havia uma única nesse momento em fase de constituição. Nunca houve na Freguesia, antes ou depois da União de Freguesias, qualquer associação de empresários ou comerciantes. Finalmente conseguiu-se começar a trabalhar na constituição de uma associação de comerciantes e de empresários, que tinha gente dos mais diferentes setores da atividade económica da Freguesia a trabalhar nesse projeto e achava que era fundamental que, nas Opções do Plano, ficasse sinalizado o interesse e a vontade da Junta de Freguesia em apoiar a constituição dessa associação, dessa, porque não havia associações no plural, havia uma associação que estava a ser constituída. Mas, pronto, isso era uma questão de detalhe. -----

----- Uma outra questão que não de detalhe era a questão que se levantou depois, porque essa não era uma questão de detalhe, essa era uma questão de fundo e que refletia uma opção política. Achava que havia toda a vantagem e isso não era uma despesa, era um investimento e daí as diferentes perspetivas, as diferentes visões que tinham relativamente ao futuro da Freguesia, achava que apostar num estudo de mobilidade não era uma despesa e sim um investimento, mesmo que ele custasse milhares de euros, porque esse era um dos principais problemas em termos da qualidade de vida na Freguesia e em particular na zona da Graça. -----

----- Era um nó górdio que existia designadamente na Rua da Graça, na Senhora do Monte, no Largo da Graça, que prejudicava a qualidade de vida não apenas das pessoas que moravam na Graça, mas de todas as pessoas que moravam em todas as áreas da Freguesia e que precisavam de ir à Graça, porque era lá que estavam concentrados a maioria dos serviços que elas precisavam, quer em termos comerciais, quer de outra natureza. -----

----- Isso nunca podia ser visto na ótica de uma despesa, tinha sempre de ser visto na ótica do investimento e sim, esse investimento era absolutamente estratégico do seu ponto de vista para o futuro da Freguesia e para a qualidade de vida dos seus moradores. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que era só para registar que, quando se respondia a uma questão, o Membro Daniel Adrião levantava outra. Tinha falado das associações empresariais que estavam ali claramente contidas e o Daniel Adrião dizia que a associação ainda não existia. Então, se não existia, nem seria uma questão. -----

----- Falava-se da questão da avaliação e fugia à questão central, que era a da competência do Município. Não referia a competência do Município e ali estava claramente que isso era uma competência do Município e tinha que ser o Município a tratar. Esse estudo era absolutamente relevante, mas não podia ser a Freguesia a financiar. Achar-se que devia ser a Freguesia a financiar uma atividade do Município não tinha a concordância. -----

----- Mais, falava de muitas propostas, mas nunca dizia como. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que, antes de dar continuidade, tinha que colocar à Assembleia a possibilidade da sessão continuar por uma duração superior a três horas, que já passaram. Portanto, tinha que ser votado pela maioria. -----

----- Submeteu à votação a **continuação da reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação as **Opções do Plano**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, PCP, IL e BE) e 2 votos contra (Chega e MEFSV) -----

----- Submeteu à votação o **Orçamento para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS e BE), 2 votos contra (Chega e MEFSV) e 5 abstenções (PSD, PCP e IL) -----

----- (neste momento a Assembleia procedeu a um intervalo de cinco minutos) -----

----- **II. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Freguesia de São Vicente para o ano de 2026;** -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que a proposta do Mapa de Pessoal tinha em conta as vagas ocupadas nos quadros na Junta de Freguesia de São Vicente e tinha em conta também as vagas a prever. O Executivo teve várias reuniões com a entidade que estava responsável do recrutamento de pessoal, que já ia do mandato anterior. Foi isso que tiveram em conta na previsão da despesa efetiva com o pessoal, ou seja, a ambição era resolver no primeiro semestre um procedimento concursal. Como sabiam, eram concursos públicos e tinham vários prazos a cumprir, tinham a parte da consulta prévia, quando havia reclamações ou quando não havia, os prazos eram sempre normalmente de dez dias, o que também atrasava ali os processos. -----

----- A questão do júri das festividades também acabou por atrasar as assinaturas de algumas atas. Estavam em cima do acontecimento, tinham reuniões pelo menos semanais sobre esse assunto. Previam que seis meses fossem o prazo máximo de conclusão. Fugia um bocado ao poder que tinham de decisão porque o júri, por mais que fosse parte interna, maioritariamente era externo. -----

----- Iam reunir esforços os cinco para resolver essa questão, até porque tinham conhecimento que muitos dos precários concorreram a essas aberturas de vagas para várias áreas. Nesse sentido, previam também que em abril, quando houvesse a prestação de contas, pudessem já ir ali com algumas dessas vagas a passar de prever para ocupadas e também com novas vagas de necessidades que com a constituição do organograma se viessem a verificar para o melhoramento dos serviços da Junta. -----

----- Estavam disponíveis depois para qualquer esclarecimento que achassem necessário. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que a intervenção da Junta de Freguesia, mais que essa generalidade, era levarem a justificação por que se previa aumento de trabalhadores nas áreas em que eram propostas aumentar e a justificação desses mesmos aumentos. Falava em relação à parte da contabilidade e finanças, em que se previa mais um assistente técnico, falava na questão do atendimento e expediente, em que se previa mais uma pessoa, falava no desporto, em que se previa mais um assistente técnico e mais dois operacionais. Depois havia um, que era a parte de higiene urbana, em que percebiam melhor, estavam ocupados por 20 e havia 18 lugares para o pessoal, mas era bom que houvesse essa justificação em relação ao mapa. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que quando andaram pelos serviços ficou uma dúvida, porque via na parte da higiene urbana e espaços verdes já nos contratados e gostava que o esclarecessem. Nos encarregados operacionais tinham ali dois e o que foi apresentado, não sabia se já tomaram alguma decisão, eram quatro ou cinco e dois deles com funções atuais, outros que exerciam o cargo e nunca tinham sido passados para essa função. Só encontravam dois encarregados operacionais, não sabia se passaram para assistente operacional, mas pelo menos essas pessoas desempenhavam essa função e gostava de esclarecer isso. -----

----- Detetaram muitas dessas situações, pessoas desempenhavam certas e determinadas funções, não recebiam pela função que desempenhavam. Percebiam que o Executivo iria fazer uma reestruturação e bem, estavam de acordo que o fizessem, mas gostavam de perceber isso, até porque existindo um aumento pelo menos de mais 18 pessoas como assistentes operacionais, se antes existiam quatro pessoas que os acabavam por gerir, se tinham um aumento de 18 e mantinham os dois, queria tentar perceber que tipo de dinâmica. -----

----- Nessa parte da organização e de todo o organigrama dessa gestão podia estar adequada a esses dois, mas se existiam quatro na altura para meia dúzia de pessoas, se faziam um aumento para mais 18, pelo menos na parte da higiene urbana, tentar perceber qual era a ideia. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que, se bem entendera, a proposta de criação desses lugares no quadro tinha a ver com trabalhadores que já estavam a exercer esse tipo de funções, mas que estavam numa situação de precários. Portanto, esses 18 já lá estavam, esses 18 trabalhadores existiam, não iam ser criados 18 postos de trabalho, os trabalhadores existiam designadamente na higiene urbana, estavam era a contrato a prazo, estavam numa situação de precariedade. -----

----- No fundo, iam ser criados 18 novos lugares no quadro pessoal para de alguma maneira poder assimilar os trabalhadores que já estavam a trabalhar na Junta há muitos anos, alguns dos quais, cinco, seis, sete, oito anos e continuavam numa situação de precariedade. Portanto, achava muito bem que de facto esses lugares fossem criados no quadro e pensava que o mesmo se passava não apenas em relação à higiene urbana, mas em relação também aos outros serviços, designadamente na contabilidade e outros.----

----- Eram pessoas que já estavam na estrutura da Junta de Freguesia, que já estavam a trabalhar, mas que estavam numa situação de precariedade e, portanto, o que a Junta estava a fazer, na sua perspetiva bem, era criar as condições para que essas pessoas entrassem para o quadro. Votaria favoravelmente. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que começando pela questão levantada pelo eleito do PCP, Vítor Agostinho, como dissera no início, as vagas a prever faziam parte do procedimento concursal que estava a decorrer, tanto para os assistentes técnicos como os operacionais, ou seja, foi isso que tiveram em conta. Não valia a pena continuar a sobrecarregar o Mapa de Pessoal na previsão porque isso depois refletia no Orçamento e sabiam que o prazo de execução não era tão curto quanto gostavam que fosse. -----

----- Quanto à questão levantada pelo eleito do PSD, Tiago Gonçalo, quanto aos encarregados operacionais atualmente ocupados, tinham dois postos, o encarregado da higiene urbana e o encarregado dos espaços verdes. Realmente existiam outros dois trabalhadores que sempre foram dados como responsáveis de serviço.-----

----- Como tinha dito anteriormente, seria feita uma nova avaliação desse mapa consoante o organograma, iam fazer um novo levantamento de necessidades e com o encaixe do saldo de gerência haveriam claramente de ter mais verba para essa reestruturação. Nessa fase inicial do Orçamento não faria sentido estar a sobrecarregar o Mapa de Pessoal, prever essa despesa quando sabiam que de janeiro a abril claramente não haveria previsão

de abrir dois postos de trabalho para encarregados operacionais. Também no Executivo ainda não conseguiam fazer essa avaliação, uma vez que tomaram posse há relativamente pouco tempo.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que legalmente, para cada dez trabalhadores podia existir um encarregado e nesse momento, com os serviços como estavam, nem podiam prever isso, legalmente não dava. A questão também era em termos de eficiência nesse momento os dois encarregados, tinham um encarregado que também já estava alocado à higiene urbana para fazer face a isso, ou seja, se tinham dois encarregados fazia sentido que ambos se revezassem na parte da higiene urbana. -----

----- Eventualmente, tinham que perceber se fazia sentido ter mais encarregados ou ter um encarregado geral que depois tivesse esses dois encarregados. Havia várias questões de eficiência que tinham que perceber, porque na maior parte das Juntas não havia assim tantos encarregados, havia um encarregado geral, depois havia dois encarregados e a partir daí tudo o resto, ou seja, a descentralização das competências. Portanto, era basicamente isso, também iam tentar perceber o que fazia sentido. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que só tinha levantado essa questão porque no decorrer da visita aos serviços foram apresentados mais e, sendo apresentados mais, agora estava explanado só apenas dois. Queria saber o porquê dessas duas pessoas, sabendo que elas exerciam as funções e não estavam com essa categoria atribuída, saber o que tinha acontecido. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que tinha pedido bastantes vezes isso no mandato anterior, tivessem em conta que não era um PREVPAP. Não podiam estar a dar a indicação, principalmente para muitos dos trabalhadores e precários que estavam a ver em casa, de que isso era integração de pessoal já existente a recibos verdes na Junta de Freguesia de São Vicente. Era um concurso público a nível nacional, podia aparecer alguém que prestasse melhores provas, tivesse um melhor currículo e a pessoa que já estava na Junta há alguns anos podia ficar para trás. -----

----- Sabiam que a situação claramente era lamentável, era triste, estariam ali para avaliar essas situações, tinham em conta o que estava para trás, não queriam que ninguém ficasse de fora, achava que toda a gente era precisa e isso falava em nome do Executivo, já tiveram várias conversas sobre isso. A qualquer posto de trabalho podia chegar ali alguém e que apresentasse melhores qualificações, como em tudo na vida, era um concurso nacional e não era integração do pessoal existente a nível de precários na Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** perguntou como estava programada em termos orçamentais esse acréscimo de pessoal. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que queria só clarificar, sabia que eram concursos públicos e que, portanto, qualquer pessoa que apresentasse melhores qualificações podia vir a ocupar essa vaga. O que tinha chamado à atenção foi para o facto do número de vagas que estavam nesse momento a concurso corresponderem ao número de trabalhadores nesse momento existentes e que estavam em situação de precariedade. Não significava que esses trabalhadores em situação de precariedade fossem eles a ocupar essas vagas. Isso dependeria dos resultados do concurso.-----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que em todas as orgânicas, na parte da distribuição de despesas, estava contemplada a rubrica 01.01.04.04, que previa o recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, ou seja, a ligação entre o Mapa de Pessoal e o Orçamento. Toda essa orgânica a nível da despesa tinha sempre a despesa contemplada e correspondia ao número de postos de trabalho distribuído por cada área,

que tinham que estar legalmente previstos 14 meses mais os impostos, subsídios de alimentação, entre outros, seguros e afins. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoa da Freguesia de São Vicente para o ano 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **III. Apreciação e votação da Proposta nº 646/2025, relativa à celebração de contratos Interadministrativos de Cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente;**-----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que se referia à tranche do segundo semestre por parte do Município para reforço à higiene urbana. Em 2025 foram feitos dois contratos, o que não aconteceu em 2024, foi feito um contrato anual e o Município esse ano deliberou que fazia um contrato para o primeiro semestre e um contrato para o segundo semestre. -----

----- Claramente, essa despesa já estava efetuada, os funcionários e os restantes prestadores tiveram que receber pelo trabalho prestado, porque a Freguesia não parava à espera desses contratos de delegação de competências. -----

----- Estavam a ser feitas já reuniões para o reforço dessas verbas, porque os vencimentos aumentavam, as despesas aumentavam, desde combustível, as despesas com as carrinhas, material. A despesa agora prendia-se com 600.500 euros para o ano 2025, isso só para a parte da varredura, da lavagem e da limpeza de sarjetas e sumidouros, não para a parte das eco-ilhas, que era outro contrato que estava feito anual no valor de 100 mil euros.

----- **Membro João Isqueiro (PCP)** disse que muito rapidamente para também esclarecer um bocadinho ali a posição, porque de facto isso ia de encontro àquilo que tinham vindo a dizer ao longo dos anos, que as verbas eram manifestamente poucas, o dinheiro descentralizado era manifestamente pouco e as competências eram muitas.-----

----- Não era poder o negocial da Junta de Freguesia só a ter influência nisso, era também um bocado a vontade política da Câmara e de quem abria os cordões à bolsa nesse caso, a Câmara Municipal, também era descentralizar verbas mais adequadas para a execução dos serviços que eram públicos. -----

----- Sabendo de antemão que o que vinha aí não devia ser muito favorável no que dizia respeito às verbas, sobretudo para as Freguesias que não eram da mesma equipa da Câmara Municipal, iriam ver com alguma relutância o que aí vinha, mas não podiam deixar de aprovar. Também não podiam deixar de dizer que continuava a não ser o modelo ideal para a resolução do problema da limpeza da cidade, que era um problema que tinha que ser olhado com mais abrangência e não era em cada quintinha, em cada quintal de cada Freguesia que se ia resolver o problema ponto a ponto. Não com essas verbas, não com esses meios que as Juntas tinham.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que claramente a questão da descentralização administrativa e da reforma administrativa tinha que ser vista, pensada e já passaram dez anos, mais dez anos agora. Portanto, era importante também fazerem todos essa reflexão, porque claramente acreditava que a cidade mudou muito, a Freguesia mudou imenso. Aliás, passaram de uma verba inicial que rondava cento e tal mil para agora uma verba um bocadinho superior, pela pressão turística que tinham, mas essa pressão turística tinha aumentado, só no último ano com a proibição de muitas outras Freguesias dos tuc-tuc essa pressão turística tinha ido cada vez mais para a Freguesia. Realmente aí a Câmara fez um excelente trabalho de atualização do estudo que já tinha sido feito em 2018 e fez um outro mais recente em 2024, mas achava que mesmo assim, se fossem fazer um outro estudo agora, a pressão turística e a pressão na Freguesia aumentou ainda mais. -----

----- O que sentia era que existia sempre um desfazamento, tinha a ver sociologicamente com a forma como a Freguesia se desenvolveu nos últimos anos. Tinham cada vez mais airbnbs, o que também fazia com que o que antigamente resultava e que era o lixo porta-a-porta, que sempre foi o sistema tradicional em Lisboa, o porta-a-porta na casa das pessoas, cada vez tinham menos fregueses que pudessem fazer isso, porque muitos dessas habitações eram airbnbs ou tinham uma freguesa já com uma certa idade, e portanto, era a única pessoa que ficava responsável por fazer essa recolha. -----

----- Claramente, tinham que pensar o que iriam fazer, o que em termos de higiene urbana era preciso realmente perceber, porque continuavam a ter por um lado o sistema porta-a-porta, mas por outro tinham a recolha coletiva que sempre foi vista como uma questão acessória. A questão da recolha coletiva sempre foi vista como uma forma de ajudar o comércio local e, portanto, tinha-se essa recolha coletiva, mas alguma coisa teria que ser feita porque estavam num outro fenómeno, a Freguesia mudou completamente sociologicamente, as pessoas também, a forma como essas questões do lixo e da logística que andava à volta da higiene urbana tinham que ser vistas, realmente necessitavam de uma outra forma. -----

----- As verbas nunca eram demais. Já tinham falado isso com a Vereadora, percebiam que essas áreas eram sempre áreas parentes pobres, mas que na atualidade ganhavam uma dimensão que não tinha antes. Era uma questão premente na Cidade de Lisboa, acreditava que tinha que ser revista e tinham que todos ser solidários nessa matéria. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que era um ponto a exigir uma enorme reflexão, mas para isso era preciso apresentar medidas concretas no sentido de resolver.

----- Essa Freguesia era uma das Freguesias que estava mais prejudicada, aliás, no conjunto das Freguesias do centro histórico de Lisboa a que recebia menos verbas. Portanto, isso devia ser revisto, porque a par com Santa Maria Maior, provavelmente com Santo António e a Misericórdia, seriam as Freguesias mais pressionadas pelo turismo. Era preciso repensar a forma como, de facto, os turistas entravam sem qualquer condicionamento na Freguesia, sobretudo com veículos, através de veículos que eram designadamente TVDE e tuc-tuc. -----

----- Isso tinha criado uma enorme pressão e prejudicado gravemente a qualidade de vida das pessoas que ali viviam, porque era a única Freguesia desse conjunto de Freguesias onde não havia qualquer restrição à entrada dos tuc-tuc e à circulação dos tuc-tuc. Havia restrições à circulação de tuc-tuc em mais de 300 artérias da Cidade de Lisboa, com exceção da Freguesia de São Vicente, onde não havia qualquer restrição à circulação dos tuc-tuc, tinham de facto livre trânsito para poder circular na Freguesia de São Vicente.

----- Já chegavam atrasados a esse debate e a essa discussão, porque houve um tempo em que ele se fez e as Juntas de Freguesia foram consultadas sobre essa matéria e, de facto, a Junta de Freguesia de São Vicente não cuidou de propor à Câmara de Lisboa a interdição dos tuc-tuc em determinadas zonas da cidade. Era por isso que defendia, e isso estava no programa que o Movimento “Em Frente São Vicente” apresentou, a criação de uma zona tampão de interdição da circulação de tuc-tuc na Rua da Graça, no Largo da Graça e na Senhora do Monte. Era fundamental que houvesse essa interdição, porque caso contrário a vida das pessoas ia continuar a ser um inferno. -----

----- Havia condições para criar parques de estacionamento dissuasores, onde os tuc-tuc podiam de facto estacionar e depois os turistas poderem fazer o percurso a pé, aliás, contribuindo para o comércio local porque o atual modelo de circulação dos tuc-tuc na Freguesia não levava qualquer valor acrescentado aos comerciantes. Bastava ir falar com eles e perguntar-lhes. Isso porque os tuc-tuc eram direcionados para a Senhora do Monte, paravam ali durante dez minutos para tirar fotografias, depois para o Miradouro da Graça e dali seguiam para outras zonas da cidade. Portanto, os turistas nem tinham a

possibilidade de passear nas ruas, de contactar sequer com o comércio e o valor acrescentado desse turismo para a Freguesia era praticamente nulo, zero. -----

----- Achava fundamental que houvesse condições para poder otimizar esse tipo de turismo e havia estratégias para o fazer, designadamente a criação de estacionamento em zonas periféricas do núcleo mais central da Freguesia onde os tuc-tuc paravam, onde largavam os turistas, onde os turistas caminhavam a pé na Rua da Graça, no Largo da Graça, na Senhora do Monte. Eles próprios tinham uma experiência de fruição da Freguesia totalmente distinta e isso também contribuía para valorizar o comércio local. -
----- Assim, como estava, só criavam caos no trânsito, só deixavam lixo e só faziam e provocavam ruído. Portanto, era tudo mau e seria preciso repensar seriamente esse modelo. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que agora tinha ficado um pouco confuso, se estavam a falar de tuc-tuc ou de lixo, mas achava que era de lixo a proposta.-----

----- Tendo em conta a questão relativamente ao lixo, queria só dizer duas coisas. Em primeiro lugar que eram, pelo menos pelo quadro que tinham ali, a quinta Freguesia em que o Município acabava por fornecer mais dinheiro para poderem, então, aplicar nessa limpeza.-----

----- Não era em tom de brincadeira, mas acabavam sempre por dizer que quando as forças políticas que estavam na Câmara eram diferentes das que estavam na Junta acabava por existir, às vezes, alguma divergência ou acabava por não se fornecer da mesma forma. Não acreditava nisso, até porque quem esteve em campanha ou quem ouviu todos os partidos percebeu que Carlos Moedas, uma das bandeiras dele era o lixo, em que foram detetados efetivamente todos os problemas que existiam.-----

----- Se fossem por essa análise mais triste para si, gostava então de perguntar: Carlos Moedas esteve lá quatro anos, nos últimos quinze essa Freguesia foi gerida pelos mesmos partidos, o que aconteceu? Porque o lixo existiu sempre, a Freguesia sempre esteve degradada, existia imenso lixo. Não sabia se na altura o Medina não se dava com a Presidenta Junta, mas provavelmente deveria ser então alguma questão dessas. -----

----- Achava que isso era colocar o debate num patamar muito baixo e que o que deviam pensar era que o Presidente da Câmara e a Câmara em si queria fazer uma reestruturação. Como o Presidente da Junta acabou de dizer e bem, as coisas mudaram, a Freguesia mudou, acabaram por ter uma pressão, fosse pelo turismo ou pela reorganização da Cidade de Lisboa que já foi feita há muitos anos atrás, que atualmente precisava efetivamente levar uma volta e achava que era por aí que tinham que caminhar. -----

----- Essas delegações de competências, percebia que agora provavelmente não fosse anual e que tivesse sido feita por duas vezes, porque na realidade o objectivo já assumido pelo Presidente da Câmara era terminar com elas para que a Câmara voltasse a assegurar novamente. -----

----- Não tinha muito mais coisas a dizer em relação a isso. Em relação ao que viam a nível de orçamentos, sendo a quinta e a dimensão que tinham face a Freguesias com uma dimensão muito maior, achava que efetivamente não estavam muito mal. -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que eram a quinta Freguesia com base num estudo que recebia maior pacote financeiro, o que não queria dizer que fosse o suficiente, mas eram a quinta Freguesia que recebiam. Portanto, não podiam dizer que não recebia, o que podiam discutir era se seria o suficiente e se o sistema que era aplicado atualmente de descentralização funcionava ou não. Isso era outra matéria, mas era só esse ponto. -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 646/2025, relativa à celebração de contratos Interadministrativos de Cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- IV. Apreciação e votação da Proposta nº 647/2025, respeitante ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes;-----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que se tratava de dois espaços verdes existentes na Freguesia, que era o talude na Rua de Entremuros do Mirante e a Rua Josefa de Óbidos, onde na Rua Josefa de Óbidos era feita a manutenção do espaço verde e no talude na Rua de Entremuros do Mirante era realizada a desmatação do próprio terreno. Ocorreu a 3 de junho de 2025 e houve um reforço comparativamente a 2024 de 129,11 euros.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 647/2025, respeitante ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de São Vicente para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- V. Apreciação e votação das Proposta de isenção de taxas de esplanadas dos estabelecimentos situados na zona de Santa Apolónia, afetados pelas obras do PGDL;-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, como era de conhecimento público, tinham o Plano Geral de Drenagens de Lisboa a decorrer e isso afetava a atividade económica do comércio local que se encontrava na zona de Santa Apolónia. Portanto, o Executivo percebia os constrangimentos que isso significava em termos de comércio e propunha à Assembleia essa isenção das esplanadas para que face aos constrangimentos atuais esses comerciantes conseguissem, no fundo, fazer face aos custos e terem pelo menos alguma benesse num período em que havia uma alteração das circunstâncias e que não era propriamente o mais favorável.-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que concordava com essa discriminação positiva relativamente a esse conjunto de comerciantes, até porque não estavam só a ser afetados pelas obras da drenagem que eram desenvolvidas há meses e meses. Iriam ser ainda mais afetados quando deixasse de funcionar o metro de Santa Apolónia, ficariam numa situação dramática.-----

----- Isso era o mínimo que se podia fazer por esse conjunto de comerciantes, era de facto isentá-los do pagamento dessas licenças e achava que se tinha que pensar até em meios alternativos. Não era uma questão que afetasse só os comerciantes, afetava a população em geral e muitas das pessoas que todos os dias precisavam de aceder ao metro de Santa Apolónia para se deslocarem aos seus empregos e para regressarem a casa.-----

----- Portanto, era preciso ver, designadamente com a Carris, o reforço dos autocarros e de meios de transporte alternativos que pudessem de alguma maneira mitigar o fecho do metro, da estação de Santa Apolónia. Era fundamental.-----

----- Claro que os comerciantes eram duplamente penalizados porque ia haver muito menos gente também a circular naquela zona, para além dos enormes transtornos que estavam a enfrentar há muito tempo por causa das obras de drenagem. Era preciso pensar em medidas de discriminação positiva para esses comerciantes, que não deviam ficar por aí e era preciso, sobretudo, acautelar que os moradores da Freguesia tinham alternativas ao metro e à estação de Santa Apolónia. Era preciso pensar muito seriamente nisso.---

----- Na tal reunião que, segundo percebera, estava prevista com a Carris, era fundamental que essa questão estivesse em cima da mesa... era com a EMEL, mas foi também uma das cartas que seguiu para a Carris. Precisavam de fazer um forcing junto da Carris no sentido de ser agendada uma reunião com caráter de urgência, não apenas para discutir todas as outras questões que eram fundamentais e que implicavam com a mobilidade na

Freguesia e que tinham a ver com a Carris, mas em concreto com essa questão, que era uma questão nova, do encerramento da estação do metro de Santa Apolónia. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que também eram completamente a favor dessa medida e desse pequeno auxílio, se pudessem chamar assim, em relação a essas pessoas e esses comerciantes que estavam ali a viver um período bem difícil atendendo à obra em causa. -----

----- Queria também dar uma nota relativamente a essa última questão lançada pelo Daniel Adrião. No dia 4 de dezembro a Câmara fez um anúncio público de que estava previsto fechar a estação, eles até ainda não indicaram uma data precisa, seria entre janeiro e fevereiro, e logo nessa altura foi apresentado um plano relacionado com a Carris, precisamente que ia substituir o metro de Lisboa. -----

----- Ainda não viviam num país de terceiro mundo, ou numa cidade de terceiro mundo, que essas coisas não fossem devidamente acauteladas. Podiam depois discutir à posteriori se aquilo que estava definido era o suficiente para substituir, mas ainda não chegaram sequer a esse ponto de discussão, mas claro que isso já estava definido. Concordavam com a proposta. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que em primeiro lugar tinham que saber que já há uns anos, desde que a Câmara Municipal começou esse projeto, os comerciantes daquela zona não pagavam licenças à Câmara. Portanto, o que estava a ir ali era que em relação às esplanadas também se isentassem. Concordava com tudo o que foi dito, mas também porque dava a ideia que agora se ia isentar as esplanadas, não sabendo se calhar que anteriormente já a Câmara tinha aprovado essa medida. -----

----- O complicado era sempre para quem utilizava o transporte público, porque podia ser mais fácil para a Carris arranjar um vai-vem de Santa Apolónia até ao Terreiro do Paço e estava resolvido o problema, porque no Terreiro do Paço o metro funcionava. O que ia rebentar uma vez mais era que os utilizadores teriam que sair, se fosse essa medida, sair do Terreiro do Paço para depois apanhar o autocarro que os levava para Santa Apolónia e vice-versa. -----

----- Achava que o problema do encerramento da estação não tinha a ver fundamentalmente com o projeto de drenagem, porque eles em frente à estação de Santa Apolónia, que já era um hotel, queriam fazer ali um jardim público para ninguém, porque era só para quem utilizava o hotel e o que ia acontecer era uma remodelação daquilo tudo. No futuro os autocarros, aqueles que iam para dentro, deixavam de ir porque haveria ali um jardim. Ou seja, havia toda uma série de consequências que iriam acontecer às pessoas que utilizavam o transporte público. -----

----- Portanto, nessa questão concreta só queria perguntar à Junta de Freguesia se existiam compensações da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia, tendo em conta essa perda de receitas da Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que subscreviam a proposta, achando que era muito importante, provavelmente em conjunto com a Câmara se assim se disponibilizasse ou não, uma sessão de esclarecimento com o que ia acontecer aos moradores e ao circuito de mobilidade com o encerramento da estação, porque de facto era preocupante. -----

----- Passava ali, apanhava transporte público ali todos os dias e preferia ir de metro porque a mobilidade pela Carris era terrível. As pessoas saíam muito no comboio na estação até às nove e meia da manhã, cada vez que parava um comboio suburbano na estação. Muitas vezes o metro não dava conta, quanto mais se estivessem à espera de um autocarro de quinze em quinze minutos. -----

----- Contra o próprio PS e criticando algumas das medidas, quando foi a implementação do passe metropolitano, não sabia se conseguiram perceber, em Mafra, na Ericeira, muita

gente comprou o primeiro passe e era só um autocarro a passar à mesma de meia em meia hora. Muita gente no dia seguinte passou, obviamente, a usar o carro. -----

----- Isso podia prejudicar efetivamente as pessoas na sua mobilidade para o trabalho, para levar os filhos à escola, para ir do trabalho e ir buscar os filhos à escola. Portanto, sendo que a obra estava prevista para nove meses e sabiam que ia ser um ano e meio, achava que era essencial que se pudesse garantir informação e um serviço de substituição de qualidade para que a população... podia ir a pé para o trabalho, não estava a defender o seu interesse pessoal, usava o transporte público por questões de facilidade, obviamente, mas para defender a quantidade de pessoas que via em movimento pendular diariamente era muito importante esse esclarecimento e esse acompanhamento da situação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram completamente solidários com a questão e iriam tentar promover a questão da reunião pública, do esclarecimento com a Câmara. Iriam envidar os devidos esforços para que isso acontecesse. Percebiam que os constrangimentos para a população eram sem dúvida os mais intensos, mas esses, o máximo que a Junta conseguia fazer era realmente ser um ponto de contato e ser o provedor das expectativas, insatisfações e questões da população. -----

----- Na questão das esplanadas, isso sim, podiam ter uma iniciativa concreta. Não recebiam nenhuma compensação da Câmara pela perda de receitas, faziam por perceber a necessidade de terem essa medida, que no fundo era uma medida apenas de mitigação daquilo que seriam as consequências do plano de drenagem. Portanto, aquilo que conseguissem fazer relativamente aos fregueses de São Vicente, assim fariam. -----

----- Agradecia todas as propostas e seriam levadas em consideração. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** perguntou se essa medida estaria em vigor até terminar a obra total ou durante o encerramento apenas da estação. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que, se não estava em erro, enquanto se mantivessem no local os estaleiros. Portanto, enquanto tivesse os estaleiros não haveria pagamento de esplanadas. Era esse o objetivo. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que também se poderia falar com a Câmara na hipótese de atribuir uns vouchers para quebra de volume de vendas. Algumas autarquias estavam a fazer isso e atribuíam alguns subsídios pequenos. Oeiras estava a fazer para quebra de receitas e isso podia ser uma coisa a solicitar. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não sabia se mantinham, mas a Câmara já tinha algumas medidas de mitigação e que já haveria alguma coisa prevista. Podia tentar saber melhor, iria informar, mas pensava que a Câmara já tinha algumas medidas de mitigação. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de isenção de taxas de esplanadas dos estabelecimentos situados na zona de Santa Apolónia, afetados pelas obras do PGDL**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **VI. Apreciação da Informação Escrita do Presidente e da Informação relativa à Situação Financeira da Junta;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tendo em consideração as horas e o facto de ainda terem o público, deixava aos Membros eleitos a oportunidade de poderem perguntar alguma questão que tivessem. Tendo em consideração as horas, dispensavam a apresentação do documento. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que queria saudar a apresentação de um documento que no mandato anterior era uma loucura, em que se falava de tudo menos aquilo que acontecia na Freguesia. Não lhes foi entregue a situação financeira, mas

concordavam, tendo em conta que isso não requeria votação da Assembleia de Freguesia e era apenas informação, com a posição que o Presidente tinha. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que era um documento muito parco, não tinha informação muito abundante. Também não se podia exigir, aliás, era um documento que ia para lá, ainda assim, do período em que esse Executivo tinha funções, porque reportava ao último trimestre e esse Executivo não esteve em funções durante todo o trimestre. Havia lá medidas que eram de setembro, havia lá informações que não tinham nada a ver com esse mandato. Era mesmo assim, um documento que dava muito pouca informação, era uma coisa muito sintética. -----

----- Achava que era importante que nesse documento o Presidente tivesse, no fundo, explicado melhor algumas das medidas e das iniciativas que tomou, designadamente uma que achava crítica, que praticamente nem se falou ali e que ele referia lá de uma forma muito sucinta, tinha a ver com a questão da piscina de São Vicente. Era importante saber o que resultou da visita que foi feita com técnicos da Câmara a esse espaço. -----

----- Nas Opções do Plano estava uma referência a uma empreitada na piscina de São Vicente, mas seria importante saber que empreitada era essa. Adivinhava-se que a empreitada fosse da Câmara, isso também não era explícito, mas era importante saber, ter mais informação sobre essa empreitada, que empreitada era, que intervenção ia ser feita, qual o orçamento dessa intervenção, qual o calendário. Isso era uma questão absolutamente crucial, saber o calendário da intervenção, quando a intervenção iria começar, as características da intervenção e, sobretudo, o tempo de duração da intervenção. Finalmente, saber quando os cidadãos da Freguesia voltavam a poder ter piscina, que não tinham há mais de três anos. -----

----- Essa era a questão central em termos políticos, isso era verdadeiramente relevante, era o Executivo e o Presidente darem uma explicação sobre isso, quando os moradores da Freguesia de São Vicente resgatariam a sua piscina, porque por exemplo Arroios, que teve a piscina fechada durante muito tempo e já tinha piscina, já estava a funcionar a piscina e muitas das pessoas da Freguesia de São Vicente iam à piscina de Arroios, como muitas iam à piscina da Penha de França. -----

----- Era importante terem mais informação e era uma oportunidade para prestar essa informação no reporte escrito que o Presidente da Junta de Freguesia fazia, era importante que houvesse mais detalhe, não apenas nesse ponto, em outros, mas em particular nesse, porque era algo que preocupava sobremaneira as pessoas e, aliás, era uma promessa eleitoral também do próprio PS e da coligação Viver Lisboa, a reabertura da piscina imediata. Portanto, era fundamental que soubessem primeiro que tipo de intervenção estava em causa, o montante da intervenção que ia ser feita e o calendário dessa intervenção. -----

----- **Membro Bruno Santos (PSD)** começou por dar os parabéns, porque daquilo que viram anteriormente achava sempre imensa piada à informação escrita do Presidente, basicamente era a agenda e se fossem folheando era o “estive aqui, estive ali”. -----

----- Entendia o que o Membro Daniel Adrião dizia, se pudessem esmiuçar um pouco mais e dar informação mais concreta daquilo que foi feito deixavam de ter um ciclo de reuniões ou de atividades que se iam realizando e provavelmente podiam colocar perguntas mais concretas daquilo que efetivamente se foi fazendo. No entanto, achava que já era um passo enorme, estavam ali há um mês e meio e apresentaram já dessa forma, mas era uma opinião construtiva em alguns apontamentos que fossem efetivamente importantes. -----

----- A informação escrita do Presidente tinha 24 páginas e podia ser muito detalhada, mas esse detalhe depois não levava grande informação a coisas concretas. Provavelmente, se acabassem por diminuir o número de reuniões e se pudessem colocar

o que foi efetivamente tratado e o ponto de situação, seria para todos uma informação importante para depois poderem debater ali.-----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** agradeceu o esforço, era uma apresentação bastante diferente de outras. Percebia que no início, com um mês e meio, não havia muitas ações e mesmo assim conseguiram fazer um trabalho construtivo, mas era de evitar a expressão “processaram salários” porque se não processassem salários alguma coisa estava errada. Ter uma página ou duas na informação a dizer que processaram salários agradeciam, mas queriam era que processassem os salários sem ter que lhes dizer. -----

----- O foco no impacto das medidas concretizadas e dos esforços que estavam a ser feitos para concretizar, sobretudo na grande maioria das medidas que não dependiam da Câmara Municipal, aí sim era importante. Depois nas Assembleias podiam discutir, aprofundar e fazer perguntas de mais detalhe, mas de facto mostrar o impacto da ação em cada informação e, nos esforços para coisas que não estavam a ser atingidas, o que estava a ser feito para atingir esses resultados. Mesmo sendo sintética, a informação do Presidente não se media ao peso nem ao número de páginas, mas pela consistência da informação que tinha.-----

----- Percebendo que essa foi a primeira e que tinha um esforço significativo de mostrar trabalho que chegaram a fazer, porque na maioria dos casos foi a primeira vez que tiveram consciência das ações e de todo o trabalho que havia por trás de um determinado processo, isso era evidente na informação, um foco no impacto seria importante para todos e para poderem também ter conversas construtivas.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por agradecer todas as críticas construtivas, porque claramente percebiam que ainda havia muito a limar em termos de informação escrita. Recebiam os contributos dos serviços e depois, por vezes, para limar as arestas ainda havia muito por limar. Sabiam que era um documento a melhorar, a tornar ainda mais detalhado e tinham a certeza que da próxima vez correria melhor e com informação mais detalhada para que pudessem escrutinar da melhor forma possível. --

----- Respondendo ao Membro Daniel Adrião, disse que iria ler porque era sempre mais fácil para evitar o “diz que disse”. O que diziam relativamente à piscina era o seguinte: “Intervir junto do Município para a realização de investimentos estruturantes na Freguesia de São Vicente, realizar as obras da piscina de São Vicente para reabrir a população”. -----

----- Isso era importante, porque depois diziam que o Executivo falou em reabrir imediatamente a piscina. Esse tipo de desinformação não fazia sentido numa Assembleia de Freguesia, não estavam ali para essas questões. -----

----- Relativamente à questão em concreto da piscina, uma das primeiras coisas que fizeram no início do mandato foi enviar a carta ao Presidente da Câmara e um dos pontos que falavam era a piscina. Nessa sequência tiveram uma visita técnica, em que foram os arquitetos da Câmara juntamente com um assessor da Câmara. Não tinha detalhado muito mais porque também não recebera muito mais detalhes, não era propriamente por não querer detalhar. A visita era técnica e achava que fazia sentido estar presente como decisor político, acompanhara a visita e o que lhe disseram era que teria de ir mais um técnico da Câmara perceber como estava a maquinaria. -----

----- Já tinha explicado isso, mas era importante explicar também publicamente para não parecer que era privado. Disseram-lhe que era necessário ter o engenheiro da maquinaria para perceber como estava o sistema, porque se de facto avançassem para a empreitada não fazia sentido depois fazer outra porque todo o sistema estava em falência. Portanto, estavam à espera dessa visita técnica por parte da Câmara para perceber como estava o sistema e toda a maquinaria por trás.-----

----- Não deram muitos detalhes em termos de prazos, o que disseram era que na melhor das hipóteses, a começar a empreitada, seria em meados ou finais de 2026. Não deram valores, mas não estavam a falar de uma empreitada barata. Não tinha muitos detalhes e provavelmente eles também não sabiam muitos detalhes, eram vários departamentos da Câmara e provavelmente ainda nem se sabia se o orçamento ia sair do desporto ou das infraestruturas. Estavam numa perspetiva de tentar perceber e dar tempo à Câmara para fazer a sua parte.-----

----- Houve um assessor do Vice-Presidente que estava presente e depois tinha reunido com ele e dito que era uma prioridade. Politicamente eles já sabiam que para a Junta era uma prioridade e estavam a dar o tempo necessário para fazerem uma previsão, mas também não se punham de parte, já disseram muitas vezes e voltavam a assumir que se a Câmara lhes quisesse dar o dinheiro para fazer também faziam, queriam era o problema resolvido.-----

----- Existia uma verba que estava prevista para o projetista, porque a Junta tinha contratado um arquiteto para fazer um projeto para apresentar à Câmara e se fosse necessário que houvesse uma revisão porque passou imenso tempo, o material já estava mais caro, tudo o que o projetista da Junta fez provavelmente teria que ser revisto, teriam outra vez de rever o projeto.-----

----- Sobre o resto não tinha grandes detalhes e percebia o próprio Vice-Presidente, que tinha essa parte e eventualmente poderia ter essas questões financeiras, porque tinha que ser previsto no Orçamento. A visita técnica calhou bem, foi antes do Orçamento e provavelmente também deu para perceber os valores que poderiam estar a falar em termos de previsão orçamental.-----

----- O Executivo estaria atento e daria à Câmara o tempo necessário para fazer a sua parte e quando percebessem que não se estava a fazer nada iriam pressionar. Estavam à espera que o Orçamento fosse aprovado, sabia existir uma verba para piscinas, não sabia se havia uma verba específica para essa piscina, sabia de uma previsão para obras e provavelmente poderia lá estar. Quando o Orçamento fosse aprovado esperava ter mais detalhes.-----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que não tinha dúvidas da boa-fé do Senhor Presidente e da sua vontade de resolver o problema, isso não estava em causa, só que não achava muito avisado, porque essa foi a estratégia da antecessora e revelou-se um desastre nesse particular, achar que era a Câmara que tinha de resolver e tinha que se dar todo o tempo à Câmara para poder resolver, porque isso já foi dado. Já foi dado todo o tempo do mundo à Câmara para resolver e de facto não resolveu. Foram dados três anos e perguntava que tempo a Câmara necessitava mais para resolver o problema.-----

----- Era preciso agir e era preciso saber dos técnicos que fizeram essa visita que relatórios produziram e o que perguntava era se a Junta de Freguesia já teve conhecimento dos relatórios feitos por esses técnicos da Câmara de Lisboa. Era preciso saber se os relatórios que foram feitos em função dessas visitas técnicas eram compatíveis com o trabalho que foi desenvolvido pelo projetista contratado pela Junta de Freguesia.-----

----- Se já havia um projetista, uma novidade que não sabia e que não lhe foi dito na reunião, que desenvolveu um projeto e o apresentou à Câmara era preciso saber em que exatos termos isso foi feito. Aproveitava para perguntar qual foi o caderno de encargos desenvolvido, quais as intervenções concretas que era preciso fazer na piscina de acordo com a análise do projetista e qual o montante que calculou, descontada toda a atualização que era necessário fazer aos preços correntes. Ainda assim, era importante terem uma ideia de quanto essa obra foi orçamentada, sem prejuízo de terem que ser atualizados esses valores.-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)**, dirigindo-se ao Membro Daniel Adrião perguntou, se a Câmara tinha que fazer as obras, o que poderia fazer a Junta. Sequestrava o Carlos Moedas? Sequestrava o Vice-Presidente? Fazia uma greve de fome? Despedia trabalhadores para pagar uma coisa que devia ser a Câmara a pagar? -----

----- Seria a última pessoa ali capaz de os defender, mas também já chegava. Há pouco tinha ouvido uma piada, devia ser uma *private joke* socialista, o André dizer ao Daniel que ainda não tinha perdido a esperança de ser Primeiro-Ministro. Não sabia se queria ser Primeiro-Ministro ou Presidente da Câmara, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, mas havia limites para esse tipo de discussões.-----

----- Nem o Eleito Daniel Adrião nem qualquer um ali sentado tinha mais desejo que a piscina estivesse aberta do que o PSD, não havia ninguém que não quisesse a piscina aberta, mas não dependia da Assembleia nem da Junta. O que a Junta podia fazer e que parecia ter estado a fazer era já conseguir que houvesse uma visita técnica da Câmara, tinha estado a acompanhar e a aguardar resoluções disso. Passou um mês da visita técnica, se calhar nem um mês, se passassem seis meses e não tivessem resultados da visita técnica achava que sim, mas agora já era demasiado querer tocar todos os tambores ao mesmo tempo e não fazia sentido. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que registava e ainda bem que o PSD tinha coragem, para não dizer o deslante, de tomar essa decisão política, porque isso clarificava muito as coisas. Foi uma posição de conformismo com a inação da Junta de Freguesia nos últimos três anos, porque o problema não nasceu agora com essa visita técnica, nasceu três anos atrás. -----

----- Foi ali dito pelo Senhor Presidente que a Junta anterior contratou um projetista e o que perguntava era qual foi a parte que não ficou bem percebida. A Junta anterior contratou um projetista que apresentou uma solução para o problema, durante três anos o problema não se resolveu e, pelos vistos, a Junta até teve alguma proatividade, mas era ainda assim insuficiente porque era óbvio, era tão clarinho como a água, tão translúcido, que a Junta tinha que ser super proativa no sentido de resolver os problemas que lhe diziam respeito e ao seu território. Era em relação à piscina, em relação ao mercado, em relação ao quartel, à mobilidade, à habitação, em relação a todas as dimensões da vivência na Freguesia. -----

----- Queria acreditar e tinha dito isso na reunião com o Presidente da Junta de Freguesia e reiterava isso, que ele tinha interesse em resolver o problema, só que para se resolver os problemas e tendo em conta a pressão que existia de solicitações a todos os níveis junto da Câmara por parte das Freguesias, quem fizesse mais pressão, quem estivesse mais dentro dos problemas, quem apresentasse soluções mais robustas e mais tecnicamente sustentáveis ganhava essa corrida e conseguia de facto que os problemas fossem resolvidos. -----

----- Era isso que enquanto representante de mais de 500 cidadãos da Freguesia exigia ao Executivo da Junta de Freguesia e estaria sempre disponível e na primeira linha para colaborar e dar força a essa pressão que era preciso exercer junto das mais diferentes instâncias. Não era só junto da Câmara, era junto da EMEL, junto da Carris, junto de todas as instituições que interagiam com a Freguesia.-----

----- **D. Intervenções do Público:**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** alertou para o máximo de cinco minutos por intervenção. O edital não tinha que colocar o tempo máximo de participação, o Regimento estava publicado no site da Junta de Freguesia. Isso já foi informado e pedia que respeitassem o tempo. A falta de conhecimento não podia ser imputada à Assembleia de Freguesia, porque o documento estava publicado. -----

----- Tinha um Regimento impresso que depois podia entregar. -----

----- **Freguês Ludgero Pereira** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Um conselho Senhor Biveti, no dia 17 de dezembro, às três horas e vinte minutos, o pessoal da Junta retirou uma placa sinalética das viaturas que teriam acesso ao quartel dos bombeiros Eu vi e fui chamar a atenção do indivíduo que estava no aparelho e depois ele foi falar com os funcionários para saber quem é que tinha tirado aquele sinal que era a indicação das viaturas do lixo e dos próprios bombeiros. Foi lá reposto. -----*

----- *É só para dizer que não é o Senhor só que trabalha mal. Há mais gente a trabalhar mal, mas se chegar aos seus ouvidos, fui eu que chamei à atenção. -----*

----- *O Senhor possivelmente lembra-se de uma intervenção que eu fiz, lembra-se de uma reunião que houve em 28 de abril do corrente de ano e depois passou para 8 de maio? Eu dizia assim: “A gestão da Junta de São Vicente, é preciso ser político rasca para tomar decisões que só tomam os nojentos, os feios, porcos e maus. Este é o meu filme, pois eu sou o realizador”. -----*

----- *Não está a lembrar desta intervenção? Pronto, mas eu fiz isto em 28 de maio, era a Senhora Natalina a Presidente da Junta. -----*

----- *Agora, eu ajudei na Câmara Municipal de Lisboa a trabalhar na medicina de trabalho, na higiene de fardamento e nas condições de trabalho. Aquilo que eu vi, Senhor Biveti, não desejo a ninguém. Você não faz ideia do que é ser cantoneiro de limpeza da Câmara Municipal de Lisboa e nestas condições que hoje em dia pioraram o agravamento físico em relação ao lixo. Eu no meu tempo tinha botas de trabalho, tinha calças e tudo isso deu origem a fardamento completo. -----*

----- *Não foi isso que eu vi há uns poucos dias atrás, um indivíduo de ténis com calças de ganga, só com um polo vestido a dizer que era da Junta e com a vassoura às costas, que eles passam lá na minha rua. Eu acho que é um desmazelo grande. Não sei quem é que empurrou os homens para aquela posição que depois levam as poeiras na roupa para casa, para o pé das mulheres, das filhas, dos pais, dos familiares, não têm se calhar outra muda de roupa para poder fazê-lo, quando eles estão a trabalhar sem condições de fardamento. -----*

----- *Foram obrigados a isso? Faço a pergunta. Não acredito que fosse você que me dissesse assim “vão trabalhar com metade do fardamento porque não há dinheiro para mais”. Eu tenho estado a ouvir aqui falarem de dinheiro, mas meus amigos, um indivíduo a lavar uma rua chega ao fim do percurso, tem que mudar de roupa, só que a Câmara nunca deu cuecas nem meias a ninguém.-----*

----- *Era o que faltava só dar. Caso contrário, fardamento completo que a gente tinha para substituir no caso e não trazer para casa restos do lixo que a gente apanhava nas camionetas do lixo, na varredura, porque há muita coisa que as pessoas não têm noção do que é ser cantoneiro de limpeza. -----*

----- *Por hoje tenho dito. Obrigadinho por não me mandar calar.” -----*

----- **Freguês Nuno Ferreira** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa noite mais uma vez. Vou-me dirigir exclusivamente aos Senhores Eleitos, porque do Executivo, ao contrário do que foi dito, o que é normal aqui, “habituem-se, como dizia o outro”. Habituem-se, o normal é não responder. Eu fiz uma pergunta e não obtive resposta. Portanto, os Senhores no vosso dever de fiscalidade e de representação do povo que vos elegeram, conforme eu sugeri, os Senhores devem assumir as questões que são colocadas pela população aqui e que não obtêm resposta, porque nós não temos réplica. Os Senhores têm direito à réplica, nós não. -----*

----- *E habituem-se também a outra coisa. Fixem esta palavra, “desinformação”, porque quando perguntarem ainda vão ser acusados de serem desinformadores, fazerem jogos de bastidores e essas coisas todas. Habituem-se a essas coisas. -----*

----- Das vossas intervenções, registei com especial agrado a intervenção da Senhora Eleita do PS, que disse que quando precisasse de documentos pedia. Fantástico. Recomendo-lhe que leia no site da CADA o processo 444/2025 e vou pedir o seu poder de influência para pedir à Junta de Freguesia que nos remeta via CADA os documentos que requeremos. Sabe porquê? Porque a recomendação da CADA tem a data de 19 de novembro de 2025.-----

----- Uma pergunta simples: Sabe quem era o Presidente da Junta no dia 19 de novembro de 2025? Eu vou lhe dizer, era este cidadão e, portanto, vou pedir o seu poder de influência a si e à Senhora Presidente que está com pressa para se ir embora. Isto é mesmo para eu ser breve.-----

----- Uma das coisas que nós pedimos no requerimento era precisamente o Regimento da Assembleia e não havia depois o problema que houve aqui, porque o Senhor Ludgero também foi um dos subscritores do requerimento. Portanto, ficamos a aguardar. Tenham uma boa noite e um bom descanso. E habituem-se, desinformadores.”-----

----- **Freguês Alexandre Ferreira** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora presidente. Novamente, uma boa noite. Também serei muito breve, até porque a Senhora está mesmo com muita pressa para ir para casa. Mas, enfim, este é um documento estruturante, importantíssimo e que não deve ser discutido às pressas. Portanto, se tivesse assistido às últimas Assembleias teria visto que muitas vezes, era rara até na verdade a Assembleia que não fosse dividida em duas, que era para tudo poder ser discutido como devia ser.-----

----- Costuma dizer o povo que não há uma segunda oportunidade para uma boa primeira impressão e a sua primeira impressão foi, sinceramente e com o devido respeito, olímpicamente ao lado. Digo-lhe isto com respeito, porque aquilo que nós aqui passámos antes foi, de facto, muito mau e eu espero sinceramente que esta nova Assembleia se paute e que a Senhora Presidente se paute por critérios diferentes daqueles que foram.

----- Ao dizer e ao impor agora vestimentas, não sei com que fundamento, enfim, mas impor a forma como as pessoas agora se vão vestir, que não podem trazer adereços, que não podem trazer... enfim, eu acho que isto lembra quase o Afeganistão, onde as pessoas não podem vestir aquilo que querem, onde há uma polícia que controla a vestimenta das pessoas. Só que a diferença é que no Afeganistão a Presidente da Assembleia nunca poderia ser uma senhora. Acho que cabia a si também dignificar esta Assembleia, que é ouvir aquilo que as pessoas dizem, independentemente do carácter como as pessoas dizem.

----- Já dizia Gil Vicente, “ridendo castigat mores” e às vezes é a fazer rir que os Senhores percebiam e foi ao fazer rir que o Senhor Ludgero conseguiu fazer muitas pessoas perceber o que ele queria dizer. Isto era uma lição que todos devíamos levar e eu próprio aprendi com o Senhor Ludgero que às vezes é preciso um bocadinho de humor para as pessoas perceberem o que nós queremos dizer.-----

----- Por fim só deixar este registo, é que quando se falou do Mercado de Sapadores a Senhora disse, quando disseram que ficava na nossa Freguesia, a Senhora começou a dizer que não. Olhe, o Mercado de Sapadores, objetivamente, é na nossa Freguesia. A Senhora disse que ia pedir documentos e o primeiro documento que pode pedir pode ser precisamente o mapa da área territorial da Junta e vai ver que o Mercado de Sapadores é na nossa Freguesia.-----

----- A Senhora, que até gosta de consumir produtos nos mercados locais e nas mercearias, se calhar é uma pena, porque se calhar compra produtos no Mercado de Sapadores, Junta de Freguesia de São Vicente, mas contribui para a economia da Penha de França e isso é aquilo que nós aqui andamos todos a dizer, é que queremos um mercado na Freguesia que contribua para a nossa Freguesia.-----

----- *Portanto, acho que isto seria o essencial que se retirou desta Assembleia, acho que caberá a todos fazer um trabalho bom e espero que as limitações de tempo, que nunca houve, a última Presidente tinha muito mais idade do que qualquer um de nós aqui e ouvia até ao final todas as intervenções sem se queixar. Isto era uma lição que nós devíamos todos retirar, porque nunca foi o público que ficou sem falar. Pela primeira vez numa Assembleia o primeiro castigado foi o público, foi a primeira vez que isto aconteceu. Portanto, os Senhores que representam o público, penso que cabe a vocês pugnar para que o público venha, fale e que diga aquilo que são as suas preocupações.*

----- *Cabe a vocês também lutar por este direito, por este dever e por isto que é essencial, que é as pessoas virem falar, porque senão as pessoas depois deixam de vir, como aconteceu por exemplo com várias questões. As pessoas vinham aqui pedir documentos e como não havia resposta as pessoas foram-se embora. Portanto, acho que era importante nós retermos isto.* -----

----- *Quanto ao resto, o Senhor que falou antes de mim já disse. Estamos ainda à espera que os documentos juntos sejam enviados, designadamente o Regimento da Assembleia da Freguesia.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que o Regimento da Assembleia de Freguesia encontrava-se publicado no site da Junta e não havia necessidade de enviar por requerimento, bastava aceder ao site da Junta e o Regimento estava lá publicado. -----

----- *Lamentava que a sua primeira impressão tivesse sido negativa, mas achava um pouco injusto...* -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- *Continuando, disse que a Assembleia tinha regras e não foi quem as decidiu, foram aprovadas pela Assembleia. Os Membros eleitos podiam proceder a uma alteração do Regimento, se assim o entendessem. As regras eram para se cumprirem e tinha dado tempo a mais ao público para falar e a crítica nem sequer era justa.* -----

----- *Tinha um Regimento para dar ao freguês Ludgero Pereira. Sabia que era um participante assíduo e lamentava que não quisesse conhecer as regras da Assembleia, mas a sua obrigação e de todos era cumprir as regras, que podiam ser alteradas mediante um procedimento necessário para o efeito e não era quem decidia individualmente, era uma Assembleia eleita por todos. Ninguém estava acima das decisões dos eleitos.* -----

----- *Lamentava a má impressão inicial, mas a sua função ali era garantir o funcionamento da Assembleia e era isso que tinha tentado durante a sessão.* -----

----- **Freguês Luis Sá** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Vou ser breve, para não demorar muito tempo.* -----

----- *As obras lá embaixo do metro de Santa Apolónia estão previstas para janeiro ou fevereiro, devia ter sido em outubro, houve um problema qualquer. Isso é a Câmara que resolve, claro que vai nos prejudicar muito.* -----

----- *A limpeza, a praga dos pombos, as pessoas continuam a dar comida aos pombos. Eu às vezes berro com as pessoas, que não dão comida. As pessoas já escorregaram no pão.* -----

----- *Andaram a cortar cabos, aí foram apanhados e a polícia disse que tem que se apanhar com a boca na botija e ele fugiu. Nós outra vez ficámos sem NOS porque uma empresa andou a mexer na fibra, partiu lá uma fibra e ficámos sem por exemplo a tv durante cinco horas. Resolveram o problema, lá encontraram.* -----

----- *Continuam a dizer da parte do estacionamento de motos, falta de estacionamento, carros, passeios, substituir aquelas pedras, que está em um ringue de patinagem. Eu já caí lá e outras pessoas também.* -----

----- *Eu espero que com este novo Executivo, que dou-lhes parabéns e que já mostrou alguma coisa, porque o anterior, desculpem lá dizer, só deixou o lixo para os outros*

limparem. Já deviam ter vergonha. Agora este vamos ver o que é que eles vão fazer. Eu vou andar em cima deles, eu vou tentar limpar a minha Freguesia, a minha rua e devia haver mais contato dos partidos aqui da Mesa e aqui da Assembleia, do novo Executivo. Eu estou disponível para mostrar todo o ponto aqui da nossa Freguesia, dizer que o ofício está assim e está assim. Eu estou disponível para ajudá-los e a mostrar o que é que temos aqui na Freguesia, o que nos deixaram.-----

----- *Em relação ao turismo, eu ainda não vi aqui um tuc-tuc no Museu da Água, se perguntarem quantas visitas de tuc-tucs ao turismo foram aqui, nada, zero. Eu já fui visitar o Museu da Água, a Mãe de Água, os túneis e ainda vou ver os túneis do aqueduto à Mãe de Água e outros túneis que estão abertos ao público e a gente devia também conhecer os túneis lá em baixo na rua do elétrico.*-----

----- *Eu já fui ver as muralhas onde está o hotel do Cristiano Ronaldo, em cima das muralhas, o Castelo São Jorge, água potável, eu fui lá perguntar o que é que faziam àquela água. Aproveitaram aquela água para as casas de banho do hotel. Deixem de fazer hotéis, façam habitações, há falta de habitações aqui nesta Freguesia, deixem de fazer hotéis bonitos.*-----

----- *Na Graça temos aquela passadeira antiga, é um hotel, ao lado da igreja um hotel. Chega e vou acabar, é favor de serem felizes, já dizia alguém mais importante.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a condução dos trabalhos e o empenho que tinha havido para que isso corresse bem. Achava isso muito positivo.-----

----- Relativamente à questão de retirar a placa sinalética, infelizmente achava que o Senhor Ludgero conhecia muito bem a questão de retirar placas sinaléticas.-----

----- Quanto ao fardamento, a Junta de Freguesia estava a tratar, já fizeram um procedimento contratual para qualquer questão de fardamento que estivesse em falha ser concretizada o quanto antes. Sabiam que em alguns casos havia ali um ou outro fardamento que realmente não estava completo e rapidamente fizeram esse processo de contratação.-----

----- Mais uma vez era um problema, porque o Senhor Nuno Ferreira e o Senhor Alexandre Ferreira diziam que o Executivo não respondia às perguntas, mas claramente não houve uma única pergunta que foi feita. A única questão que foi feita, falavam que a CADA obrigou, mas o Regimento estava publicado na Assembleia, o Regimento estava publicado no site, as atas estavam publicadas no site. Portanto, estava-se a tentar criar um... o contrato era público, se não estava público remetiam rapidamente. Não havia nenhuma questão, não percebia era essa vontade de criar situações políticas onde elas não existiam.-----

----- Já tinha percebido que queriam o Regimento da Assembleia que estava publicado no site ser remetido, ele seria remetido, as atas que estavam publicadas seriam remetidas. Se era essa a questão, não fosse por isso.-----

----- Relativamente ao Senhor Luis Sá...-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, dirigindo-se a um freguês, disse que não podia estar ali.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa era a grande diferença entre quem realmente estava ali para fazer alguma coisa pela comunidade e para dar o seu contributo ativo e quem não estava.-----

----- O Senhor Luis Sá disse que ia andar em cima do Executivo e estavam mais do que confortáveis com isso, porque era isso que queriam, que houvesse escrutínio não só dos Membros eleitos como também dos cidadãos. Todas as questões que o Senhor Luis Sá levava só enriqueciam o debate e aquilo que era a causa pública. Era isso que queriam e mais, um dos objetivos era criar a figura do zelador da Freguesia com pessoas que percebiam haver essas questões, fossem as trotinetes, fossem questões como a

iluminação, que muitas vezes acabavam por ser porta-voz de outros fregueses e que iam à Assembleia de Freguesia ou aos atendimentos. -----

----- Era isso mesmo que queriam, precisavam de cidadãos que fizessem o seu trabalho, o Executivo iria fazer o seu e agradeciam muito que houvesse essa perspetiva de ser um zelador da Freguesia, ser um zelador do bairro, de ser uma pessoa que realmente muitas vezes tinha o seu próprio caderno de encargos. -----

----- Já tinham estado num atendimento e levou o caderno de encargos daquilo que foi também o levantamento que fez no seu bairro. Realmente era isso que queriam e era isso que precisavam, que a comunidade funcionasse para que houvesse no final do dia uma mais-valia para todos. Agradeciam sempre os seus contributos, porque eram sempre válidos. Mais uma vez, muito obrigado por todo o seu empenho e por continuar com os contributos válidos. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que só queria aproveitar essa última intervenção para dizer que achava fundamental de facto haver transparência nos procedimentos, que os documentos fossem de facto disponibilizados. A Lei determinava que os cidadãos tinham acesso aos documentos administrativos e, portanto, eles deviam ser disponibilizados pela Junta sempre que eram solicitados pelos cidadãos. Isso era uma regra básica do funcionamento da administração pública. -----

----- Não se podia tentar fugir às responsabilidades, remetendo para outro tipo de meios, quando isso eram competências da responsabilidade direta de quem de facto geria a coisa pública, era prestar contas e fornecer a informação que os cidadãos solicitavam. Era uma coisa tão básica, tão fácil, não percebia como se dava azo a que houvesse um conjunto de polémicas por questões que de facto eram muito fáceis de resolver. -----

----- Portanto, apelava a que o Executivo respondesse, de facto, aos cidadãos em tempo útil e isso era fundamental porque gerava confiança nas instituições e fazia com que os cidadãos não exasperassem e depois haver intervenções mais exaltadas porque as pessoas pediam sucessivamente informação e ela era-lhes negada ou não lhes era fornecida pelos canais que as pessoas solicitavam. Achava que isso era absolutamente fundamental. Tinha apresentado... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** pediu que terminasse, por favor. Esse período de intervenção dos Membros eleitos não estava previsto no Regimento. Quem tinha direito à resposta era o Executivo ao público, os Membros eleitos não tinham. ---

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que já estava como dizia alguém, “qual é a pressa?” Estavam numa Assembleia de Freguesia que era a primeira Assembleia de Freguesia desse mandato... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que era uma questão de cumprir o Regimento. A questão não era a pressa, a questão era que as regras estavam aprovadas por algum motivo e podiam todos discutir a alteração do Regimento, mas atualmente era esse que vigorava e era esse que tinham que observar. Aliás, tinha dado a palavra e nem devia ter permitido porque, de facto, não estava previsto e já dava essa possibilidade. Pelos vistos não tinha feito de forma correta, já havia outras pessoas para intervir, depois o Executivo ia querer responder. Portanto, pedia que terminasse. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que era essa nota que queria deixar, achava que era fundamental que houvesse esse cumprimento porque, na verdade, tinha apresentado um requerimento há mais de 30 dias e o Senhor Presidente ainda não respondeu. Portanto, não eram só os cidadãos que não obtinham resposta, também não tinha obtido resposta num requerimento relativamente às condições de trabalho dos Eleitos da Freguesia, as pessoas que estavam ali a representar os cidadãos e que deviam merecer condições de trabalho por parte da Junta de Freguesia para poderem exercer

cabalmente as suas funções. Tinha-lhe enviado um requerimento a solicitar esses meios e não respondeu.-----

----- Desejou a todos os munícipes um feliz ano de 2026. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria esclarecer de uma vez por todas, para que isso não voltasse a ser um ponto e poderem prosseguir, que relativamente às atas os pontos que estavam identificados pelo Senhor Alexandre e pelo Senhor Nuno eram todas as atas e documentos equiparados com a mesma eficácia, mas todas as atas estavam publicadas no site, o Regimento da Assembleia de Freguesia estava publicado no site e era público. Sobre o contrato celebrado, podiam ir no dia seguinte à Junta... o objetivo era fazer campanha com esses assuntos. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** leu a Ata em minuta relativa à presente reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta relativa à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião, era uma hora e trinta minutos do dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

----- PRESIDENTE-----